**Instruções para preenchimento do formulário:**

1. No campo Documento, deve ser especificado o instrumento licitatório para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas pré-edital ou minuta do contrato;
2. No campo Natureza da sugestão, deve ser indicado se a sugestão proposta é de Inclusão, Alteração ou Exclusão;
3. No campo Item, deve ser discriminado o item do pré-edital, ou a cláusula da minuta do contrato, ou, ainda, o anexo para o qual está sendo sugerida modificação. Neste campo, deve-se digitar apenas o número do item ou o número da cláusula, sem detalhar o seu título. No caso de sugestão à anexo, deve-se incluir o número do anexo e o número do item objeto da sugestão, caso existente. Caso a sugestão seja de Inclusão, deve-se especificar o número que o item ou a cláusula teria caso a sugestão fosse acatada pela ANP;
4. No campo Proposta de alteração, deve ser redigida a redação proposta para o item, em sua versão final. Não se deve usar texto tachado, negrito, sublinhado ou destacado em cores. Caso a sugestão seja de Exclusão, deve-se deixar o campo em branco;
5. No campo Justificativa, deve ser descrita a justificativa para a sugestão proposta.

**Exemplo de preenchimento do formulário de comentários e sugestões:**

| **Documento** | **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo II – 3.2.1 | Texto proposto. | Justificativa. |
| Pré-edital | Exclusão | 1.4.3 |  | Justificativa |

**Instruções para envio do formulário:**

Após o preenchimento deste formulário, remeta-o à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) até às **18 horas do dia 11 de julho de 2018** peloe-mail [rodadas@anp.gov.br](mailto:rodadas@anp.gov.br). A utilização deste formulário é obrigatória. Não serão aceitas sugestões e comentários fora do padrão deste formulário.

**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

CONSULTA PÚBLICA Nº 15/2018

| **Documento** | **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Contrato com operação Petrobrás | Alteração | 1.1. | As definições contidas no art. 6º da Lei nº 9.478/1997, no art. 2º da Lei nº 12.351/2010, no art. 3º do Decreto nº 2.705/1998 ficam incorporadas a este Contrato e, em consequência, valerão para todos seus fins e efeitos, sempre que sejam utilizadas no singular ou no plural, no masculino ou no feminino. | O modelo adotado pela ANP limita a incorporação de eventuais avanços que possam existir na regulação. |
|  | Exclusão | 1.2.3 |  | A redação difere da constante na resolução ANP 25/2013, o que gera incertezas para os investidores. |
| Minuta do contrato | Alteração | 1.2.10 | Cessão: transferência, total ou parcial, da titularidade de direitos e obrigações decorrentes do Contrato; fusão, cisão e incorporação, quando a reorganização societária resultar em mudança do Contratado; | A mera modificação do Operador, sem a alteração das participações indivisas, não deveria ser considerada como Cessão. Desse modo, vislumbra-se a simplificação e desburocratização do processo (ex: necessidade de submissão ao CADE). |
| Minuta do contrato | Alteração | 1.2.21 | **Escoamento**: conjunto de atividades destinadas a assegurar a movimentação dos fluidos produzidos na Área do Contrato até sua chegada a terminais, área de transbordo ou instalações de Tratamento ou Processamento de Gás Natural ou unidades de liquefação. | A definição de escoamento que consta no Contrato de partilha considera apenas o escoamento através de gasodutos e oleodutos. Não obstante, em diversos contratos em vigor, o escoamento do óleo se faz através de embarcações.  Dessa forma, para incluir o escoamento através de embarcações, a definição deve contemplar o conjunto de operações coordenadas até a entrada dos fluidos no terminal marítimo ou na entrada do navio que efetuará o transporte internacional nas operações de transbordo. |
| Minuta do contrato | Alteração | 1.2.29 | Melhores **Práticas da Indústria do Petróleo:** Os melhores e mais seguros procedimentos e tecnologias disponíveis na indústria de Petróleo e Gás Natural em todo o mundo, que permitam: (i) garantir a segurança operacional das instalações, preservando a vida, integridade física e saúde humana; (ii) preservar o meio-ambiente e proteger as comunidades adjacentes; (iii) evitar ou reduzir ao máximo os riscos de vazamento de petróleo, gás natural, derivados e outros produtos químicos que possam ser prejudiciais ao meio ambiente; (iv) a conservação de recursos petrolíferos e gasíferos, o que implica a utilização de métodos e processos adequados à maximização da recuperação de hidrocarbonetos de forma técnica, econômica e ambientalmente sustentável, com o correspondente controle do declínio de reservas, e à minimização das perdas na superfície; (v) minimizar o consumo de recursos naturais nas Operações. Para a execução das Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, os Contratados devem considerar os padrões técnicos e recomendações de organismos e associações da Indústria do Petróleo reconhecidos internacionalmente, sempre que tais medidas aumentem as chances de que os objetivos listados acima sejam alcançados. | A referência às melhores práticas tem por objetivo precípuo a menção a práticas oriundas da vasta experiência internacional de que dispõe a indústria (inclusive no Brasil). Esta referência é conceitualmente desvinculadas, portanto, de regramento específico e localizado, e fazê-lo pode ter resultados indesejados. A exclusão que se propõe, ademais, não se presta a minimizar a força cogente das normas regulatórias, mas devolver à definição seu caráter amplo. |
|  | Alteração | 1.2.33. | Operação Conjunta: Operação realizada em conjunto pelos Consorciados e pelos Concessionários e/ou Contratado na Área da Jazida Compartilhada, na forma do Acordo de Individualização da Produção. | A operação conjunta pode também ocorrer em reservatórios que perpassam para a área não contratada, hipótese em que se dará a contratação pelo regime de partilha. |
| Minuta do contrato | Alteração | 1.2.43 | Programa de Desativação das Instalações: documento em que se especifica o conjunto de atividades visando ao abandono definitivo de poços, incluindo seu eventual arrasamento, e de retirada de operação, remoção e destinação final adequada das instalações e recuperação das áreas onde estas instalações se situam. | Sugerimos que seja adotada a redação utilizada nas minutas de contrato da 2ª e 3ª Rodadas de Partilha, uma vez que o entendimento é de que a recuperação deve ser da área onde as instalações se situam.  O programa de desativação de instalações se presta fundamentalmente ao planejamento do fim das atividades em campo, o que pressupõe as ações de remoção das instalações e recuperação das áreas onde as mesmas se localizavam.  Para as atividades em decorrência desse contrato, são necessárias as licenças ambientais, cabendo a este órgão a delimitação da área de abrangência. |
| Minuta do contrato | Alteração | 1.2.48 | **Relatório Final de Avaliação de Descoberta**: documento preparado e apresentado pelo Concessionário à ANP qual se descreve o conjunto das Operações empregadas para a Avaliação de Descoberta de Petróleo e/ou Gás Natural, os resultados desta Avaliação e, eventualmente, a área que o Concessionário pretende reter para Desenvolvimento. | Em prol da segurança dos investimentos, reiteramos que a declaração de comercialidade é um ato unilateral do concessionário e sua efetividade não deve ser condicionada à aprovação do relatório final de avaliação de descoberta.  Ademais, caso existam inconsistências no Rfad apresentado face ao regulamento, a ANP já dispõe de mecanismos regulatórios para corrigir eventuais deficiências. |
| Minuta do contrato | Alteração | 1.2.49 | **Relatório Final de Desativação das Instalações**: documento apresentado pelos Consorciados e que descreve as atividades realizadas nos termos do Programa de Desativação das Instalações. | Conforme previsto na definição constante no item 1.2.43, o termo correto é Programa de Desativação das Instalações e não Plano. |
|  | Exclusão | 2.6. |  | Nas últimas rodadas de partilha, nota-se que o percentual de óleo lucro oferecido à União é muito expressivo, alcançando em alguns casos 80%.  O modelo proposto no contrato insere toda a responsabilidade nos contratados e isenta as partes que recebem a maior parte do óleo produzido, União/Gestora.  De acordo com a lei 12.304/10, a PPSA é isenta de responsabilidade até a produção, a qual cessa no ponto de medição, lugar onde os consorciados adquirem a propriedade originária do óleo. A partir daí, o petróleo produzido pertence a cada consorciado. Por isso, a redação proposta na cláusula 2.6 que inclui o ponto de partilha e operações subsequentes, não pode ser aceito. |
| Minuta do contrato | Alteração | 2.7 | A Contratante, a Gestora e a ANP não arcarão com os custos e investimentos relacionados com a execução das Operações, ressalvada, em relação à Contratante, a hipótese prevista no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 12.351/2010. | A sugestão é pela alteração da cláusula, para que esteja em conformidade com a previsão contida no artigo 6º da lei 12.351, que isenta a gestora de custos e investimentos necessários à execução do contrato. As demais exclusões (riscos, perdas operacionais e consequências desses) ultrapassam o limite da lei.  Caso a ANP entenda que a cláusula é importante para a limitação de suas próprias responsabilidades, o IBP acredita que a redação não deve se referir à gestora pelos motivos acima elencados.  Por fim, a redação tal como proposta, traria a obrigação de reembolso da gestora pelos contratados em hipóteses de perda de volumes ocasionados por circunstâncias extraordinárias. Entende-se que trata-se de aquisição originária de petróleo e gás e cada parte deve ser responsável pelos seus volumes. |
| Minuta do contrato | Alteração | 3.2 | As Operações Conjuntas serão executadas na Área da Jazida Compartilhada, à exceção da instalação dos equipamentos de produção e escoamento. | Os equipamentos de produção e escoamento podem ficar fora do prisma da jazida compartilhada. Cite-se, por exemplo, o uso de FPSO já instalado para receber a produção de tal jazida. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 3.9 | Levantamentos de Dados em Bases Exclusivas  São dados em Bases Exclusivas aqueles dados adquiridos pelos Consorciados nos limites da Área do Contrato, bem como aqueles que se estendam para além dos limites da Área do Contrato nos termos da Legislação Aplicável. | Para melhor conhecimento da área e mediante justificativa técnica, o artigo 29, II, da Resolução ANP 11/2011, já contempla a possibilidade de o Contratado levantar dados que se estendam para além da Área do Contrato.  O entendimento do IBP é que deve ser dispensado a esses dados o mesmo tratamento conferido àqueles adquiridos dentro da área do Contrato, conforme a estratégia de cada Contratado. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 5.3.1 | A conta de Custo em Óleo poderá ser individualizada por Contratado e os valores relativos aos gastos serão informados de forma segregada mensalmente pelo Operador nos termos do Anexo VII - Procedimentos para Apuração do Custo e do Excedente em Óleo, respeitando o disposto no item 8.2 a fim de que não haja desbalanceamento nesta conta. | Em função das diferenças de perfis de cada Contratado, um tributo pode ser recuperável para um, mas não para outro. Desta forma, se a conta de Custo em Óleo for única, haverá desbalanceamento entre os Contratados o que não condiz com o previsto na Lei 12.351/10. |
| Minuta do contrato | Alteração | 5.4 | Durante a Fase de Produção, o Contratado, a cada mês, apropriar-se-á da parcela de Produção correspondente ao Custo em Óleo, respeitado o limite de 80% (oitenta por-cento) do Valor Bruto da Produção definido no Anexo XII. | Sugerimos inclusão do texto para adequar ao percentual já previsto no item 8.3 do Edital. Consideramos importante que esta previsão esteja incorporada no texto do contrato. |
| Minuta do contrato | Alteração | 5.6 | Sessenta meses antes do final do Contrato, o Comitê Operacional deverá verificar a expectativa de existência de saldo positivo de Custo em Óleo e, se for o caso, aprovar os ajustes necessários na sistemática da recuperação de custos para evitar a ocorrência de saldo positivo de Custo em Óleo no final do prazo contratual. | A sugestão de alteração já foi encaminhada na última rodada de partilha e a resposta da ANP foi de que a lei já contempla essa sistemática.  Na visão do IBP, não deveria haver saldo ao fim do contrato.  No entanto, se ao fim do contrato venha a existir Custo em Óleo que, já se vislumbre que não será deduzido, o IBP sugere um método que contemple a sistemática a que a ANP se refere, isto é, que permita a dedutibilidade de todo Custo em Óleo até o final do prazo contratual.  Assim reiteramos que o Custo em Óleo deve representar, de forma mais fidedigna possível, os custos e investimentos realizados pelo Contratado para viabilizar a efetiva Produção, nos termos da Lei nº 12.351/10.  Diante disso, a redação sugerida objetiva assegurar a recuperação do Custo em Óleo, nos termos da Lei nº 12.351/10. Além disso, visa também a estimular investimentos adicionais no campo que estará em estágio avançado de produção. Sem os estímulos sugeridos tais investimentos poderão não ser recuperados, o que significará um desestímulo aos mesmos. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 7.1 | O Contratado será obrigado a destinar recursos para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de interesse e temas relevantes para o setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em valor equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) do Valor Bruto da Produção anual de Petróleo e Gás Natural, quando, cumulativamente:  a) o Volume de Produção Fiscalizada do Campo for superior ao limite estabelecido no Decreto nº 2.705/1998, para Produção em profundidade batimétrica maior que 400 metros, em qualquer trimestre do ano civil, e em caso de alteração dos volumes estabelecidos no Decreto, os Volumes de Produção Fiscalizada poderão ser revistos pela ANP; e  b) os custos ultrapassarem os limites definidos no Anexo XII e não forem recuperados como Custo em Óleo em determinado ano civil. | Mudança sugerida para manter a mesma redação dos contratos partilha rodadas 2 e 3.  Justificativa: Alteração não traz benefícios e gera aumento de custos administrativos e ineficiência tanto para a ANP como para os contratados para controlar e regular diferentes regras a cada contrato. Atualmente o setor de óleo e gás já conta com 5 tipos de regras diferentes para P&D em razão das diferenças entre contratos (até 11ª rodada concessão, 11ª rodada de concessão, 14ª rodada de concessão, 1ª Rodada de Partilha (Libra), 2ª e 3ª rodadas de partilha. |
| Minuta do Contrato | Exclusão | 7.1.1 | Em caso de alteração dos volumes estabelecidos no Decreto nº 2.705/1998, os Volumes de Produção Fiscalizada previstos na tabela acima poderão ser revistos pela ANP. | Alteração não traz benefícios e gera aumento de custos administrativos e ineficiência tanto para a ANP como para os contratados para controlar e regular diferentes regras a cada contrato. Atualmente o setor de óleo e gás já conta com 5 tipos de regras diferentes para P&D em razão das diferenças entre contratos (até 11ª rodada de concessão (inclusive), 14ª rodada de concessão, 1ª rodada de partilha - Libra e 2ª e 3ª rodadas de partilha). |
| Minuta do contrato | Alteração | 7.1.2 | O Contratado tem até o dia 30 de junho do ano seguinte ao ano de apuração do Valor Bruto da Produção para contratar ou realizar a aplicação desses recursos. | Reiteramos a justificativa apresentada em consultas públicas anteriores: A proposta visa alinhar este item à melhoria de redação inserida na cláusula dos contratos da 11ª e 12ª rodadas em regime de concessão e edital de partilha. A fim de garantir a continua aplicação dos recursos, propõe-se o controle das contratações conjuntamente com as aplicações efetivamente realizadas, em relação ao ano calendário da prestação de contas em questão.  As alterações já implementadas, nas rodadas 11 e 12, permitem também uma melhor acomodação das eventuais flutuações das obrigações de pesquisa e desenvolvimento, relativas às variações de preço do óleo e eventuais flutuações cambiais. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 7.1.3 | As Despesas Qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação serão recuperáveis como Custo em Óleo quando aplicadas em atividades para benefício específico do campo originado a partir da Área do Contrato, as quais devem estar conexas às suas atividades de Exploração e Avaliação, Desenvolvimento, Produção e desativação das instalações | A presente minuta de Contrato de Partilha da Produção estipula, no seu Anexo VII, no parágrafo 3.1 e seguintes, as atividades cujos os gastos compõem o Custo em Óleo, quais sejam, as concernentes a realização de atividades de Exploração (incluindo avaliação de descobertas), Desenvolvimento, Produção e desativação das instalações relacionadas às Operações na Área do Contrato.  A presente minuta também define tanto na Cláusula 7ª quanto no Anexo VII que as despesas relacionadas às atividades de P,D&I não serão contabilizados como Custo em Óleo.  Considerando as definições dispostas no Anexo VII, no seu parágrafo 3.1, seria absolutamente justo e natural interpretar que, por exemplo, os gastos com o desenvolvimento de tecnologias que, potencialmente, impliquem maior eficiência operacional e/ou viabilizem as atividades de Exploração, Desenvolvimento, Produção e desativação das instalações relacionadas ao prospecto objeto do Contrato deveriam ser passíveis de contabilização como Custo em óleo pois, nestes casos, as atividades são focadas em viabilizar atividades e/ou gerar benefícios para o prospecto objeto do Contrato e estão diretamente associadas às atividades que o CPP define no seu Anexo VII, no parágrafo 3.1, como passíveis de recuperação do custo em óleo.  Por outro lado, é mister destacar que parece claro e justo que os investimentos em P,D&I executados pelos Contratados em atividades cuja natureza esteja atrelada a um objetivo mais amplo, a promoção do setor de Petróleo e Gás Natural do Brasil e que não agregam valor, sequer potencialmente, à Exploração e Produção do Prospecto objeto do Contrato, não sejam reconhecidos como Custo em Óleo.  Desta forma, propõem-se aqui que a Cláusula 7.1.3 seja alterada de forma a permitir a recuperação do custo em óleo das atividades de P,D&I que agreguem ou tenham potencial de agregar valor ou viabilizem às atividades de Exploração (incluindo avaliação de descobertas), Desenvolvimento, Produção e desativação das instalações do Prospecto objeto do Contrato. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 7.1.4 | As Despesas Qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação que não se enquadrarem nas definições do parágrafo 7.1.3 não serão recuperáveis como Custo em Óleo. | Alinhamento com a solicitação de alteração da redação da Cláusula 7.1.3 de forma a deixar claro quais atividades não são recuperáveis no Custo em Óleo. |
| Minuta do Contrato | Alteração | 7.2 | Dos recursos previstos no parágrafo 7.1, o Contratado deverá investir:   1. até 40% (quarenta por cento) em universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento nacionais credenciados pela ANP; e 2. até 40% (quarenta por cento) em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que tenham por objetivo resultar em produtos ou processos com inovação tecnológica junto a Fornecedores Brasileiros independentemente do fato de estes envolverem ou estarem relacionados às Operações deste Contrato. | Tendo em vista o novo objetivo declarado da ANP “de desenvolver tecnologia para o fortalecimento do conteúdo local”, a divisão da alocação dos investimentos entre instituições credenciadas e empresas, deve ser adequada para promover a mobilidade do talento e a transferência de conhecimento do mundo acadêmico para o empresarial. Isto já é por si só um incentivo natural e suficiente ao envolvimento tanto da academia quanto das empresas nestes projetos, sem que seja necessária uma intervenção da ANP para determinar a alocação de um percentual mínimo de investimento em um ou outro ator. O modelo existente, que privilegia o investimento mandatório em instituições credenciadas, resulta em ineficiência e ineficácia, reduzindo a velocidade para a promoção da inovação e do desenvolvimento da indústria local. É preciso, portanto, ampliar o leque e flexibilizar as institui aptas a receber investimentos.  Além disso, durante a execução das atividades de pesquisa, o critério de excelência poderá levar, em algumas situações, a precisar de colaborações internacionais com Centros de Referência em algumas tecnologias específicas, o que ainda não é aceito no nosso regulamento atual nem nas propostas de mudança que estão em andamento em distintos foros. Contudo, acreditamos que teríamos grandes ganhos de inovação localmente ao disponibilizar um percentual (ex. 5%, 10%, 15, etc) do valor total de P,D&I para ser utilizado em centros de excelência de pesquisa, universidades e empresas estrangeiras. |
| Minuta do Contrato | Inclusão | 7.3 | O saldo remanescente das despesas qualificadas como pesquisa, desenvolvimento e inovação, após a observância do parágrafo 7.2, poderá ser investido em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizadas em instalações do próprio Contratado ou de suas Afiliadas localizadas no Brasil, incluindo a qualificação dos recursos destinados despesas com pessoal próprio, residente no país, que atue em na gestão e execução projetos e programas de Pesquisa Desenvolvimento & Inovação próprios e/ou junto a empresas fornecedoras nacionais ou instituições credenciadas pela ANP; ou em Fornecedores Brasileiros ou em universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento credenciados pela ANP. | O Manual Frascati define o início de um projeto de P&D,I na fase de elaboração e aprimoramento do desafio tecnológico, portanto, para realizar a obrigação de investimento em P&D, é necessário considerar todos os custos envolvidos e prever a qualificação dos custos totais de despesas com pessoal próprio que atuem tanto na gestão como na execução dos projetos de pesquisa e desenvolvimento. |
| Minuta do contrato | Alteração | 8.1.1 | São considerados como aproveitáveis pelo Contratado os créditos decorrentes da não cumulatividade que objetivam a recuperação da carga tributária incidente na etapa anterior, ressalvados os créditos que devam ser anulados, estornados ou levados a custo, em decorrência da Legislação Aplicável, desde que haja expressa previsão legal para a transferência destes créditos do operador para os demais participantes do Consórcio. | O Custo em Óleo deve representar, de forma mais fidedigna possível, os custos e investimentos realizados pelo Contratado para viabilizar a efetiva Produção, nos termos da Lei nº 12.351/10.  Por sua vez, a recuperação dos créditos depende da estrutura jurídica de cada Consorciado, que pode ou não ter condições de absorver os créditos gerados na operação. Por esta lógica, um Consorciado pode não compensar alguns tributos. Nesses casos, esses tributos fazem parte do custo da produção e devem integrar o Custo em Óleo. Diante disso, propõe-se alteração da cláusula, para excepcionar os tributos levados a custo do conceito de “tributos aproveitáveis” e, portanto, permitir a sua recuperação como Custo em Óleo, conforme definição da Lei nº 12.351/10.  Além disso, a transferência dos créditos para a recuperação da carga tributária entre os Consorciados depende de legislação específica que disponha sobre os procedimentos da transferência desses créditos. Do contrário, o consorciado que não seja operador fica impedido de tomar o crédito sem riscos de questionamento pelo Fisco Federal, uma vez que a documentação dos gastos é detida pelo Operador, dificultando a análise dos créditos passíveis de recuperação. Dessa forma, sugere-se a inclusão, na cláusula, da existência de expressa previsão legal para a transferência de créditos entre os consorciados. |
| Minuta do contrato | Alteração | 8.2 | Cabe ao Contratado demonstrar os valores de créditos tributários não aproveitáveis para que possam ser reconhecidos como Custo em Óleo. | Não cabe à PPSA fiscalizar o recolhimento de todos os tributos devidos. Na prática, tributos que são parte do bem ou serviço são inviáveis de serem demonstrados caso a caso. O Contratado deve ser obrigado a comprovar apenas o pagamento daqueles tributos que são aproveitáveis, mas que, diante de situações concretas de estorno, a alíquota zero ou exportação não são passíveis de aproveitamento. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 9.2.3 |  | Não identificamos causa razoável que possa autorizar a gestora a excluir do cálculo da média de produção, determinados poços.  Entendemos que esses poços devem ser considerados, pois fazem parte do projeto de produção que será aprovado pela PPSA. |
|  |  | 11.16.4.1 | A aquisição e reprocessamento de dados anteriores à assinatura do contrato serão considerados para fins de abatimento do Programa Exploratório Mínimo. | Toda aquisição e reprocessamento realizada antes da assinatura do contrato contribui para o acervo técnico da União. Nesse sentido, é razoável que todos os valores dispendidos sejam abatidos do PEM. |
| Minuta do contrato | Alteração | 11.18.1(b) | b) não prejudica o direito de a ANP aplicar eventuais sanções cabíveis por atos distintos da mera inexecução do Programa Exploratório Mínimo | O valor da garantia é calculado de forma a suficientemente compensar a União pelo não cumprimento do PEM, de forma que outras reparações em geral, associadas especificamente ao descumprimento do PEM, já terão sido devidamente realizadas. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 11.18.2 | No caso de inadimplemento de Contratado não-operador, relativo à renovação de garantias financeiras no valor correspondente à cota parte, a ANP deverá notificar os demais consorciados para que os mesmos se manifestem sobre eventual interesse na assunção da participação da parte inadimplente; | Se um dos contratados não renovar suas garantias, há o risco real de perda do contrato. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 11.18.3 | Caso o(s) Consorciado(s) não inadimplente(s) manifeste(m) interesse na aquisição da cota parte, deverá(ão) providenciar a substituição das garantias financeiras e entrega-las à ANP no prazo de sessenta dias após a notificação da ANP. | Vide justificativa da cláusula 11.18.2 |
| Minuta do contrato | Inclusão | 11.18.4 | Caso o(s) Consorciado(s) não inadimplente(s) opte(m) pela aquisição da cota parte do consorciado inadimplente, a ANP abrirá um processo de cessão de direitos, adotando o critério da proporcionalidade para cessão da cota parte inadimplente, quando houver mais de um Contratado remanescente. | Vide justificativa da cláusula 11.18.2 |
| Minuta do contrato | Inclusão | 11.18.5 | Caso o(s) Consorciado(s) não inadimplente(s) opte(m) pela não aquisição da cota parte do consorciado inadimplente, a ANP executará as garantias financeiras correspondentes em favor do cumprimento do PEM, de maneira que, após encerrado o período exploratório, caso haja direitos relativos ao contrato, os mesmos devem ser repassados ao consorciado inadimplente ou ao seu garantidor. | Vide justificativa da cláusula 11.18.2 |
| Minuta do contrato | Inclusão | 11.19 | Quando um membro do consórcio for excluído compulsoriamente pela ANP nos termos do contrato, a garantia apresentada também será executada, abatendo-se o valor da garantia do valor do PEM, ficando os direitos e obrigações decorrentes da participação do consorciado excluído diluído entre os demais participantes. | Trata-se de cláusula com a redação semelhante à da cláusula 14.20 do Contrato de Concessão da 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais, a qual se aplica no que se refere à garantia do PEM, adaptada para que o valor da garantia executada possa vir a ser abatido do PEM. |
| Minuta do contrato | Alteração | 13.1 | Antes do término da Fase de Exploração, o Consórcio por meio de notificação à ANP, poderá, a seu exclusivo critério, efetuar a Declaração de Comercialidade da Descoberta. | A alteração volta-se a tornar as disposições do Contrato de Partilha compatíveis com as disposições relativas à Declaração de Comercialidade da Descoberta presentes no Anexo XI.  Esta possibilidade de início imediato do desenvolvimento e produção, na hipótese em que o contratado optar pela não avaliação da descoberta, ou também quando se atinge o convencimento técnico necessário antes da finalização das atividades de avaliação, pode representar consideráveis economias de recursos e de tempo. Nesse sentido, deve-se considerar que as despesas com a Avaliação de Descoberta serão recuperáveis em Custo em Óleo, e a realização de atividades que se demonstrem tecnicamente não requeridas não apenas resultará em dispêndio desnecessário, mas também tenderá a reduzir o Excedente em Óleo a ser partilhado com a União. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 13.1.2 |  | Vide justificativa anterior. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 13.1.3 |  | A declaração de comercialidade é um ato unilateral do Contratado e sua efetividade não deve ser condicionada à aprovação do relatório final de avaliação de descoberta. |
| Minuta do contrato | Alteração | 13.9 | Caso a ANP entenda superado o motivo que importou a postergação de que tratam os parágrafos 13.4 e 13.5, notificará o Consorciado para apresentar, a seu critério, Declaração de Comercialidade no prazo de até 30 (trinta) dias. | Solicitamos que o prazo de 30 dias para a declaração de comercialidade seja alterado para 90 dias, o qual seria mais adequado. |
| Minuta do contrato | Alteração | 14.6.2 | O início da execução do Programa de Desativação das Instalações, não poderá ocorrer antes de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de sua apresentação, exceto quando expressamente autorizado pela ANP. | Necessidade de definição de um prazo para a manifestação da ANP, já que o Contratado também tem o direito de limitar os riscos da atividade. |
| Minuta do contrato | Alteração | 14.9 | Caso a Contratante, ouvida a ANP, decida pela continuidade das Operações, o Contratado estará desobrigado das atividades previstas no Programa de Desativação das Instalações, observado o disposto na cláusula 14.6 acima e revertendo-se à União o saldo apurado no fundo de provisionamento, quando constituído, conforme o previsto na cláusula 23.8. | Na última rodada, o IBP apresentou a sugestão de alteração aqui encaminhada, tendo recebido a seguinte resposta:  “A exigência do plano de continuidade das operações está no âmbito da atividade regulatória da ANP e não exime a necessidade de manter um Programa de Desativação das Instalações atualizado por questões de segurança operacional.”  Naquela oportunidade, argumentou-se que uma vez que se está tratando da hipótese de proximidade do término do prazo contratual, em um cenário onde não há a previsão de prorrogação da vigência do Contrato, não há razões para obrigar o Contratado a propor um plano de continuidade operacional, que poderá ser proposto com maior sucesso e acuidade pelo operador que assumir as atividades adicionais de produção. Mesmo porque, findo o Contrato de Partilha de Produção, o Contratado não terá mais responsabilidades relacionadas às atividades operacionais atreladas à Área do Contrato.  Sugere-se, em vez disso, que diante da intenção da Contratante de continuidade operacional, o Contratado fique desobrigado da implementação das atividades previstas no Programa de Desativação de Instalações, já que estas seriam contraproducentes e não desejáveis pela Contratante e, consequentemente, seja revertido para a União o fundo de provisionamento, com vistas a custear tais atividades de abandono no futuro, quando do efetivo encerramento da produção.  Essa justificativa não exime o Contratado de encaminhar um PDI à ANP, apenas se quer esclarecer que eventualmente, o contrato pode permanecer econômico após o seu termo e para evitar parada de produção em desfavor dos interesses do governo, que se possa, limitadamente, mantê-lo ativo para garantir a continuidade das operações. |
| Minuta do contrato | Alteração | 15.1.1 | Caso a Declaração de Comercialidade seja postergada, nos termos dos parágrafos 13.4 e 13.5, o Plano de Desenvolvimento deverá ser apresentado no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da Declaração de Comercialidade. | A apresentação do Plano de Desenvolvimento nos casos previstos nos parágrafos 13.4 e 13.5 deve seguir a regra geral prevista na cláusula 15.1 e na legislação que prevê a apresentação do Plano de Desenvolvimento em 180 dias da apresentação da Declaração de Comercialidade. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 15.1.2 | O prazo para apresentação do Plano de Desenvolvimento à ANP, poderá ser prorrogado mediante requerimento fundamentado do Contratado, sujeito à aprovação prévia da ANP. | Os casos práticos têm demonstrado que o prazo de 180 dias, por vezes, se demonstra exíguo, sendo certo que não existe instrumento normativo-legal que vede a prorrogação do prazo nas hipóteses devidamente justificadas pelo Contratado. Ademais, a Resolução ANP nº 17/2015 estabelece a participação da ANP no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento, podendo acarretar em novas demandas e, por conseguinte, tempo adicional, para apresentação do citado plano. |
| Minuta do contrato | Alteração | 15.4 | A Área de Desenvolvimento deverá abranger a(s) Jazida(s) a ser(em) produzida(s), conforme constante(s) na(s) respectiva(s) Declaração(ões) de Comercialidade. | A proposta de alteração foi encaminhada na última rodada, tendo recebido a seguinte resposta:  “A alteração não acrescenta informação ao contrato, uma vez que a redação original não exclui a sugestão.”  O IBP entende a visão da ANP de maximização das receitas governamentais, no entanto, para os investidores, que titularizam em grande parte dos contratos de partilha de produção a menor parcela da divisão do óleo, é importante que a economicidade do projeto seja maximizada.  Nesse sentido, o desenvolvimento de jazidas que o investidor entenda como não comerciais, limita a declaração de comercialidade e, consequentemente, a arrecadação pública.  Daí a nossa sugestão de alteração para que as jazidas a serem desenvolvidas limitem-se àquelas que estejam contidas na declaração de comercialidade. |
| Minuta do contrato | Alteração | 15.7 | A Área de Desenvolvimento a ser retida será aquela constante do Relatório Final do Plano de Avaliação de Descoberta, quando aplicável, ou na hipótese em que o Contratado não realizar avaliação de descoberta, àquela prevista na declaração de comercialidade. | A sugestão visa adequar a cláusula contratual às hipóteses em que o contratado venha a optar pela avaliação de uma descoberta, antes de declarar sua comercialidade. Neste caso, será necessário apresentar o respectivo Relatório Final de Avaliação de Descoberta, no qual deverá constar a Área de Desenvolvimento a ser retida. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 15.10 |  | Nas primeiras rodadas da ANP, a cláusula de rescisão do contrato pelo não cumprimento das determinações da ANP quanto ao Plano de Desenvolvimento não tinha previsão contratual.  O IBP entende que existem meios menos gravosos para que a ANP possa aplicar o seu entendimento quanto ao PD, tais como advertências e multas previstas na portaria ANP 234/2003.  O modelo da cláusula que se sugere excluir pode limitar a produção de Petróleo no país, com vários prejuízos aos entes beneficiários. |
| Minuta do contrato | Alteração | 15.11 | Até que o Plano de Desenvolvimento seja aprovado, os Consorciados não poderão realizar qualquer trabalho ou conduzir quaisquer Operações no Campo, exceto mediante prévia aprovação da ANP. | De acordo com o inciso XIV do artigo 6º da Lei 9.478/97, Campo de Petróleo ou de Gás Natural já significa “área produtora de Petróleo ou Gás Natural...” razão pela qual sugerimos o ajuste da expressão. |
| Minuta do contrato | Alteração | 15.13.1 | Caso o Contratado tenha interesse de incorporar Novo Reservatório ao Campo, deverá submeter um Plano de Avaliação de Descoberta à aprovação da ANP, exceto quando os dados e informações já disponíveis permitirem à ANP autorizar a sua imediata incorporação. | A proposta de incorporação de um novo reservatório a um Campo constitui uma prerrogativa do Contratado.  Caso o Contratado tenha subsídios técnicos que embasem a incorporação de novo reservatório ao Campo, não haverá qualquer prejuízo ao interesse público ou ao Regulador, que sempre poderá propor revisões ou alterações, em momento posterior, ou mesmo poderá solicitar informações adicionais que comprovem (ou não) a visão técnica do Contratado. |
| Minuta do contrato | Alteração | 15.14 | A Descoberta Comercial somente será incorporada ao sistema de Produção do Campo após a submissão do Relatório Final de Avaliação de Descoberta e a aprovação pela ANP, da revisão do Plano de Desenvolvimento do Campo, exceto quando expressamente autorizado pela ANP. | A sugestão visa adequar a cláusula contratual às atuais obrigações e disposições constantes da regulamentação e que são prática no setor. Nesses termos, a aprovação da ANP deve dar-se unicamente com relação à Área de Desenvolvimento a ser retida, e não com relação ao Relatório Final do Plano de Avaliação de Descoberta, submetido à ANP e não sujeito à aprovação formal, conforme regulação vigente. |
| Minuta do contrato | Alteração | 16.1 | 16.1. A Data de Início da Produção do Campo deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis a critério da Contratante, ouvida a ANP, contados da data de aprovação do Plano de Desenvolvimento. | O processo de aprovação do PD, em tese, deve tomar 6 meses, prazo que estaria comportado no período de 5 anos após a apresentação da Declaração de Comercialidade.  No entanto, o processo de aprovação do PD permite que a ANP faça perguntas ao Contratado, fazendo com que o prazo de 180 dias para a sua aprovação seja reiniciado a partir da resposta do Contratado.  A despeito das expectativas dos Contratados de que o PD seja aprovado de forma rápida, o procedimento antes citado, pode se estender por um longo período.  Por isso, o IBP sugere que o termo inicial que dá mais segurança aos Contratados é a partir da aprovação do PD. |
| Minuta do contrato | Alteração | 17.9 | Os dados, informações, resultados obtidos dos testes de formação, Testes de Longa Duração ou Sistemas de Produção Antecipada durante a execução das Operações deste Contrato deverão ser enviado à ANP e à Gestora imediatamente após a sua obtenção, conclusão ou conforme prazo definido na Legislação. | O termo “Informação” não se confunde com “interpretação”.  A produção da interpretação demanda conhecimento, classificação, análise e reflexão, o que requer esforço e investimentos pecuniários pelo Contratado.  Compreende-se por conhecimento os dados e as informações interpretadas, isto é, aquelas submetidas a estudos conduzidos em conformidade com os métodos recomendados pelo estado da arte da ciência e da tecnologia, conferindo-se à mesma a qualidade de propriedade intelectual, gozando, por conseguinte, de proteção legal conferida pela Constituição, pelo acordo TRIPS e pela Lei de Direito Autoral (Lei 9.610/98). Portanto, as cláusulas contratuais que solicitam a entrega dos dados e informações interpretadas violam o direito de propriedade do Contratado.  Dessa forma, o IBP entende que somente os elementos em estado bruto e aqueles submetidos a tratamento preliminar obtidos como resultado das operações de exploração e produção, realizadas sob a égide de um contrato, devem ser entregues pelas Contratadas à ANP, a fim de compor os “recursos petrolíferos nacionais” referidos no art. 22, caput, da Lei do Petróleo, o que não abrange os dados e informações interpretadas.  Ainda, sustentamos que a propriedade privada é um dos princípios da Ordem Econômica (art. 170, II CRFB/88), situado no mesmo capítulo da Constituição que trata do órgão regulador para o setor petrolífero (art. 177 § 1.º), de modo que a Constituição, neste aspecto deve ser interpretada considerando a valoração axiológica existente entre o citado princípio positivado e a regra de seu art. 177, § 1.º. |
| Minuta do contrato | Alteração | 17.13.1 | Somente será permitida a queima de Gás Natural em *flares* por motivos de segurança, emergência e comissionamento, sendo o volume máximo o especificado na Legislação Aplicável ou por autorizações concedidas pela ANP. | A portaria ANP 249/2000 define limites fixos para a queima de gás, assim como permite que a diretoria da ANP possa definir volumes próprios por contrato.  A redação da cláusula parece se limitar aos volumes que estão fixados no ato normativo, desconsiderando as autorizações especiais expedidas pela diretoria da ANP.  A sugestão de alteração é para que o contrato também albergue as decisões da diretoria da ANP.  Embora essa proposta de redação tenha sido encaminhada na última rodada, nota-se que a justificativa da ANP corrobora a sugestão que aqui se apresenta. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 18.3 | A apropriação originária dos volumes de hidrocarbonetos produzidos pelas Partes subsiste nos casos de equalização resultante de Acordo de Individualização da Produção. | A ideia é reforçar o conceito de aquisição originária nos casos de equalização. Por isso refleti-lo em diversos pontos da minuta. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 18.4 | Nos casos em que a Jazida Compartilhada se estenda por área não contratada, o Contratado não será obrigado a realizar desembolso para arcar com a participação da União no rateio dos investimentos concernentes à etapa de Desenvolvimento e dos custos de produção. | A obrigatoriedade do carrego da participação da União pelo Contratado carece de respaldo legal, podendo, inclusive, inviabilizar o projeto em questão. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 18.5 | O curso do prazo contratual poderá ser suspenso no caso de procedimento de Individualização da Produção de Petróleo e Gás Natural, desde a instauração do procedimento até a formalização do Acordo de Individualização da Produção, nos termos da Legislação Aplicável. | A sugestão de inclusão de hipótese de suspensão do curso do prazo contratual está em linha com a Resolução ANP nº 25/2013 (com alterações feitas pela Resolução ANP 698/2017). De acordo com a Resolução, o Desenvolvimento e a Produção da Jazida Compartilhada ficarão suspensos enquanto não aprovado o Acordo de Individualização da Produção. Dada a exigência, deve-se prever contratualmente que, enquanto não formalizado o Acordo, fica suspenso o prazo contratual. Do contrário, sua contabilização significaria um prejuízo injustificável aos Contratados. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 18.6 | Caso as partes do acordo de individualização da produção optem por realizar o pagamento decorrente da equalização em volumes de hidrocarbonetos da jazida compartilhada, então a aquisição de tais volumes pela parte que faz jus ao recebimento do pagamento será considerada aquisição originária. | Inclusão com intuito de esclarecer que caso as partes optem por quitar o resultado de uma equalização com o pagamento em volumes de hidrocarbonetos, então a parte que receber tais volumes os adquirirá como aquisição originária. |
| Minuta do contrato | Alteração | 19.1.b | submeter todos os planos, programas, propostas e comunicações à ANP; e | De modo a evitar interpretações dúbias, sugere-se suprimir o vocábulo “garantias”, uma vez que os Contratados podem, separadamente, apresentar suas garantias, desde que tais totalizem o montante necessário a garantir a totalidade do compromisso assumido. |
| Minuta do contrato | Alteração | 19.20 | Operações fora dos limites da Área do Contrato serão consideradas para efeito de cumprimento do Programa Exploratório Mínimo, e poderão ser reconhecidas como Custo em Óleo. | Além da possibilidade de recuperação do Custo em Óleo, como a execução de tais operações em localidade externa à Área do Contrato será realizada apenas mediante justificativa técnica, feita pelo Contratado e aprovada pela ANP, é razoável que a aquisição de dados e/ou a execução de outras Operações sejam consideradas para efeito de abatimento do Programa Exploratório Mínimo. Tal possibilidade estaria alinhada aos objetivos e princípios emanados da Lei 9.478/97 e demais normas aplicáveis. |
| Minuta do contrato | Alteração | 19.14 | Os dados adquiridos fora dos limites da Área do Contrato serão classificados como públicos imediatamente após sua aquisição, exceto se de outra forma autorizados pela ANP ou nos termos da Legislação Aplicável. | Sugestão em linha com o comentário incluído na cláusula 3.9 e em consonância com a revisão da resolução nº 11/2011, a qual prevê a aquisição de dados exclusivos fora da área dos contratos, bem como a sua confidencialidade (artigos 3º, § 2º, II e 21 da minuta de resolução). |
| Minuta do contrato | Alteração | 20.3 | Respeitados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem com as normas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança, a Contratante e a ANP terão livre acesso à Área do Contrato e às Operações em curso, aos equipamentos e instalações, bem como a todos os registros, e dados técnicos disponíveis, para fins do acompanhamento e fiscalização. A ANP dará ciência previamente ao Contratado da realização de tais inspeções e zelará para que tais inspeções não prejudiquem a execução normal das operações. | Com relação à sugestão de exclusão dos “estudos”, fazemos referência à justificativa da Cláusula 12.7. No tocante à proposta de que a ANP dê ciência prévia, quando da realização de inspeção, não se busca impedir o acesso desta Agência as suas instalações, mas apenas possibilitar ao Contratado organizar toda a logística necessária para a realização de inspeção, pela ANP, de acordo com as normas de segurança aplicáveis ao setor de exploração e produção de petróleo/gás natural. Busca-se, sob este mesmo conceito, que o livre acesso da ANP se dê mediante proporcionalidade, razoabilidade e em reconhecimento de que o Contratado deve zelar pela segurança das operações e salvaguarda da vida humana, o que inclui gerenciar estrategicamente a logística da instalação offshore e, se for o caso, até mesmo limitar temporariamente o fluxo de pessoas e equipamentos, visando a garantir o alcance dos fins mencionados anteriormente. |
| Minuta do contrato | Alteração | 22.1.1 | Os Consorciados enviarão à ANP, na forma por esta determinada, cópias de mapas, seções, perfis, outros dados e informações geológicas, geoquímicas e geofísicas, inclusive dados de poços, obtidos de testes, além de relatórios ou quaisquer outros documentos definidos em regulamentação específica e obtidos como resultado das Operações. | Os modelos de reservatórios não são informações essenciais para o exercício do poder fiscalizatório da Agência e consistem em informações proprietárias, preservando assim a confidencialidade da propriedade intelectual de tais modelos e, consequentemente, as vantagens competitivas dos operadores.  O IBP sugere a alteração de dois aspectos dessa cláusula:   1. A exclusão da Gestora do escopo da cláusula; 2. A limitação do envio de informações à ANP para excluir o encaminhamento de interpretações.   Quanto à exclusão da Gestora da cláusula, nota-se que os direitos aqui definidos, já estão contemplados nas cláusulas 2.3 e 2.6 do anexo 11.  A respeito do envio das informações, reiteramos nossos comentários à cláusula 17.9. |
| Minuta do contrato | Alteração | 22.1.2 | Nos termos do art. 22 da Lei nº 9.478/1997, o acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, devendo tais dados e informações, inclusive os referentes à geologia, geofísica e geoquímica da Área do Contrato, ser entregues pelos Consorciados à ANP | O artigo 22 da Lei 9478/97 se limita aos dados e informações que por óbvio não incluem as interpretações de cada Contratada.  Nesse sentido, a modelagem geológica é resultado da interpretação de cada Contratada e por isso, fora do escopo do art.22.  Ademais, a modelagem geológica implica em informação sensível de cada empresa. Sugerimos sua exclusão. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 23.1.2 | Os Contratados poderão constituir empresa no exterior para possibilitar a obtenção de benefícios fiscais previstos na Legislação Aplicável da data de assinatura do Contrato para aquisição de bens e serviços para execução das Operações e posterior contratação com o Consórcio. | O Repetro Sped não limita a forma como as empresas se estruturarão para a aquisição dos bens necessários.  Por esta razão propomos a inclusão de previsão contratual sobre a possibilidade de utilizar o uma sociedade de propósito específico para fins de REPETRO SPED, constituída alhures apenas pelos Contratados, cujos gastos seriam recuperados através do Óleo em Custo. |
| Minuta do contrato | Alteração | 23.5 | O Contratado deverá submeter, caso solicitado pela ANP, uma garantia de desativação e abandono, a partir da Data de Início da Produção, podendo, para tanto, utilizar-se de:   1. seguro-garantia; 2. carta de crédito; 3. fundo de provisionamento financeiro; 4. garantia fornecida por empresa Afiliada dos Consociados; ou 5. outras formas de garantia propostas pelos Consorciados, de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, reconhecidas pela ANP. | Na última rodada, o IBP apresentou esta sugestão, tendo sido respondido que o tema será tratado na agenda regulatória da ANP.  Para o IBP, é importante que outras formas de garantia sejam consideradas pela ANP neste contrato, a fim de ampliar as alternativas que as associadas do IBP tem reiteradamente pleiteado junto à ANP.  Abaixo o IBP reitera a justificativa anteriormente apresentada.  A apresentação de garantia por parte de empresa Afiliada do Contratado não só estaria em consonância com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e com a prática até então adotada pela ANP (vide garantias de performance outorgadas pelo controlador do Contratado para garantir quaisquer obrigações assumidas pelo garantido no âmbito do contrato, inclusive aquelas referentes ao abandono), como atenderia ao estipulado no Contrato, sem impor ao Contratado custos adicionais e excessivos, os quais podem inviabilizar o projeto ou até mesmo impactar a competitividade do País no mercado internacional.  A alteração proposta tem por objetivo dar maior segurança ao Contratado, garantindo-lhe o direito de eleger, dentre as diversas modalidades de garantia legalmente possíveis e alinhadas às Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, aquela que melhor atender ao propósito do Contrato e aos seus interesses. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 23.5.1 | Para as hipóteses em que o Contratado comprovar o atendimento a critérios financeiros mínimos a serem estabelecidos pela ANP com base nos parâmetros do Edital de Licitação correspondente, a ANP poderá isentar os Consorciados da apresentação de garantia para os fins desta Cláusula. | O IBP entende ser necessário prever a possibilidade de isenção do Contratado da apresentação de qualquer tipo de garantia de abandono em casos de comprovada robustez financeira, conforme as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo. |
| Minuta do contrato | Alteração | 23.7 | A garantia apresentada pelo Contratado deverá ser equivalente ao custo previsto para a desativação e abandono da infraestrutura já implantada. No caso de reversão de bens ou abandono temporário ou parcial por determinação da ANP, o valor da garantia deverá ser proporcionalmente reduzido. | O valor da garantia de abandono deve refletir a obrigação de abandonar em si e, portanto, nas hipóteses incluídas deverá refletir as obrigações ainda remanescentes e não o valor total originalmente garantido. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 23.10.2 |  | O modelo proposto pela ANP cria riscos e eleva os custos dos Contratados. Isso porque, caso os contratos tenham cláusula de prorrogação quando a área vier a ser assumida por outra parte, a fretadora ou locatária fará uma avaliação de riscos que, dada as incertezas desse processo, somente farão com que o preço se torne mais elevado, impactando negativamente o Custo em Óleo.  A situação comporta grandes incertezas para a fretadora ou locatária quando o contrato de partilha, por hipótese, venha a ser assumido pelo fundo Estatal a que se refere a lei 12.351. Esse modelo traz diversas incertezas para a fretadora com riscos de o fundo arguir que se trata de contrato administrativo, podendo alegar cláusulas exorbitantes.  Para tornar o contrato mais econômico, em prol do Custo em Óleo, o IBP sugere a exclusão dessa obrigação. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 23.13 | Os bens cujos custos de aquisição não tenham sido deduzidos de acordo com as normas aplicáveis deverão ser indenizados pela Contratante. | Essa inclusão foi apresentada pelo IBP na última rodada, e a justificativa apresentada pela ANP não nos pareceu endereçar diretamente à questão.  Por isso, o IBP reitera a inclusão com a justificativa abaixo.  A Constituição Federal estabelece que qualquer desapropriação - como neste caso - deve ser sujeita justa e prévia indenização em dinheiro. Em razão disto, incluímos esta previsão para tornar mais claro que o Contratado não será penalizado ou sofrerá desapropriação injusta por meio deste mecanismo. |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.4 | O Contratado deverá apresentar à ANP o Relatório de Conteúdo Local para acompanhamento de Conteúdo Local em Exploração e Desenvolvimento, nos termos da legislação aplicável. | A legislação hoje aplicável - Resolução 27/2016 – estabelece o Relatório de Conteúdo Local, definido também na cláusula 1.2.39 de definições deste contrato como o documento pertinente para a demonstração dos dispêndios para fins de Conteúdo Local. O Relatório de Gastos Trimestrais, usado até a 6ª Rodada para reportar o Conteúdo Local realizado não é mais aplicável para a presente legislação |
| Minuta do contrato | Inclusão | Após o atual item 25.5.1 | Para fins de aferição o compromisso referente à Fase de Exploração será limitado aos investimentos realizados no Programa Exploratório Mínimo – PEM, nos termos da legislação aplicável. | A fase de exploração é uma atividade que envolve alto risco para o operador além de pouco investimento em equipamentos de uso permanente. No contrato, assumem-se compromissos de Conteúdo Local com base em uma proposta de atividade exploratória (PEM). Assim, as exigências de Conteúdo Local devem ser vinculadas aos investimentos contidos no PEM a fim de estimular as atividades exploratórias além do mínimo comprometido. A tomada de risco além do compromisso mínimo (PEM) deve ser estimulada, e não inibida com mais compromissos, pois aumenta as chances de descoberta, e consequente investimento em desenvolvimento da produção, bem como fornece mais dados geológicos para a agência reguladora. |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.7. a) | a) a entrega do último Relatório de Conteúdo Local da Fase de Exploração; e | Frequentemente operadores efetuam dispêndios referentes à fase de exploração ou à etapa de desenvolvimento da produção após a conclusão das mesmas, uma vez que os ciclos de faturamento podem ser longos (por vezes superiores a 3 meses). Ao definir o limite temporal de aferição igual ao limite da fase pode-se excluir importantes investimentos dos cálculos de conteúdo local da mesma. Desta forma, sugere-se adotar limite temporal para recebimento das faturas igual ao limite de entrega do último relatório de conteúdo local, sem prejuízo das atividades fiscalizatórias. |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.7. b) | b) a entrega do último Relatório de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento em Campo que não contemple Desenvolvimento modular. | Frequentemente operadores efetuam dispêndios referentes à fase de exploração ou à etapa de desenvolvimento da produção após a conclusão das mesmas, uma vez que os ciclos de faturamento podem ser longos (por vezes superiores a 3 meses). Ao definir o limite temporal de aferição igual ao limite da fase pode-se excluir importantes investimentos dos cálculos de conteúdo local da mesma. Desta forma, sugere-se adotar limite temporal para recebimento das faturas igual ao limite de entrega do último relatório de conteúdo local, sem prejuízo das atividades fiscalizatórias. |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.7. c) | c) a entrega do último Relatório de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento de cada módulo, em Campo que contemple o Desenvolvimento modular. | Frequentemente operadores efetuam dispêndios referentes à fase de exploração ou à etapa de desenvolvimento da produção após a conclusão das mesmas, uma vez que os ciclos de faturamento podem ser longos (por vezes superiores a 3 meses). Ao definir o limite temporal de aferição igual ao limite da fase pode-se excluir importantes investimentos dos cálculos de conteúdo local da mesma. Desta forma, sugere-se adotar limite temporal para recebimento das faturas igual ao limite de entrega do último relatório de conteúdo local, sem prejuízo das atividades fiscalizatórias. |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.8. | Para fins de aferição do Conteúdo Local, a Etapa de Desenvolvimento terá início na data da apresentação da Declaração de Comercialidade e se encerrará, para cada Módulo da Etapa de Desenvolvimento, com a primeira entre as seguintes ocorrências: | Entendemos ser pertinente a retomada do prazo de 05 anos após a extração do primeiro óleo como marco de encerramento para a Etapa de Desenvolvimento da Produção, conforme observado nos contratos da 12ª Rodada de Concessão e 1ª Rodada de Partilha de Produção. A extensão excessiva desse período, conforme proposto na presente minuta, provoca confusão entre atividades de desenvolvimento da produção e de produção, além de provocar sobreposição desnecessária entre projetos e resultar em ineficiência e desperdícios na alocação de esforços e recursos por parte dos Contratados e reguladores. Cabe ressaltar que o prazo limite proposto, de 5 anos após a extração do primeiro óleo, já contempla um período que facilmente excede 10 anos, ao longo dos quais estudos dos operadores apontam que normalmente são executados mais de 90% dos investimentos no campo. Decorrido este prazo, na maior parte dos campos o foco dos investimentos recai sobre iniciativas de aumento de fator de recuperação de hidrocarbonetos, que devem ser estimuladas para melhor aproveitamento dos recursos naturais e, consequentemente, aumento das participações governamentais. |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.8. a) | a) O decurso de 05 (cinco) anos após a Extração do Primeiro Óleo; | Entendemos ser pertinente a retomada do prazo de 05 anos após a extração do primeiro óleo como marco de encerramento para a Etapa de Desenvolvimento da Produção, conforme observado nos contratos da 12ª Rodada de Concessão e 1ª Rodada de Partilha de Produção. A extensão excessiva desse período, conforme proposto na presente minuta, provoca confusão entre atividades de desenvolvimento da produção e de produção, além de provocar sobreposição desnecessária entre projetos e resultar em ineficiência e desperdícios na alocação de esforços e recursos por parte dos Contratados e reguladores. Cabe ressaltar que o prazo limite proposto, de 5 anos após a extração do primeiro óleo, já contempla um período que facilmente excede 10 anos, ao longo dos quais estudos dos operadores apontam que normalmente são executados mais de 90% dos investimentos no campo. Decorrido este prazo, na maior parte dos campos o foco dos investimentos recai sobre iniciativas de aumento de fator de recuperação de hidrocarbonetos, que devem ser estimuladas para melhor aproveitamento dos recursos naturais e, consequentemente, aumento das participações governamentais. |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.8. b) | b) A desistência, pelo Contratado, do Desenvolvimento do Módulo da Etapa de Desenvolvimento; ou | Entendemos ser pertinente a retomada do prazo de 05 anos após a extração do primeiro óleo como marco de encerramento para a Etapa de Desenvolvimento da Produção, conforme observado nos contratos da 12ª Rodada de Concessão e 1ª Rodada de Partilha de Produção. A extensão excessiva desse período, conforme proposto na presente minuta, provoca confusão entre atividades de desenvolvimento da produção e de produção, além de provocar sobreposição desnecessária entre projetos e resultar em ineficiência e desperdícios na alocação de esforços e recursos por parte dos Contratados e reguladores. Cabe ressaltar que o prazo limite proposto, de 5 anos após a extração do primeiro óleo, já contempla um período que facilmente excede 10 anos, ao longo dos quais estudos dos operadores apontam que normalmente são executados mais de 90% dos investimentos no campo. Decorrido este prazo, na maior parte dos campos o foco dos investimentos recai sobre iniciativas de aumento de fator de recuperação de hidrocarbonetos, que devem ser estimuladas para melhor aproveitamento dos recursos naturais e, consequentemente, aumento das participações governamentais. |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.8. c) | A realização dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento, exceto os relativos ao abandono do campo. | Entendemos ser pertinente a retomada do prazo de 05 anos após a extração do primeiro óleo como marco de encerramento para a Etapa de Desenvolvimento da Produção, conforme observado nos contratos da 12ª Rodada de Concessão e 1ª Rodada de Partilha de Produção. A extensão excessiva desse período, conforme proposto na presente minuta, provoca confusão entre atividades de desenvolvimento da produção e de produção, além de provocar sobreposição desnecessária entre projetos e resultar em ineficiência e desperdícios na alocação de esforços e recursos por parte dos Contratados e reguladores. Cabe ressaltar que o prazo limite proposto, de 5 anos após a extração do primeiro óleo, já contempla um período que facilmente excede 10 anos, ao longo dos quais estudos dos operadores apontam que normalmente são executados mais de 90% dos investimentos no campo. Decorrido este prazo, na maior parte dos campos o foco dos investimentos recai sobre iniciativas de aumento de fator de recuperação de hidrocarbonetos, que devem ser estimuladas para melhor aproveitamento dos recursos naturais e, consequentemente, aumento das participações governamentais. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Após o atual item 25.8 | O Contratado poderá, mediante aprovação da ANP, solicitar o reconhecimento das atividades relativas ao desenvolvimento do mercado de Fornecedores Brasileiros para fins de cumprimento de Conteúdo Local, na forma da legislação aplicável. | As empresas operadoras tem empreendido grandes esforços no desenvolvimento da Cadeia Local de fornecedores. Exemplos claros são os investimentos na indústria naval e a instalação no Brasil de centros de produção, operação e pesquisa de grandes fornecedores. Entende-se que tais esforços devem ser computados para efeitos de incentivo à política de Conteúdo Local. Existe a necessidade de uma previsão contratual para as diretrizes do Decreto Pedefor que serão regulamentadas. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 25.9. |  | Pelo princípio da isonomia, o IBP entende que, assim como diversos servicos prestados por mão de obra nacional considerados para fins de apuração de CL, os dispêndios relativos a operação da Unidade, deverão também ser considerados. Se o objetivo da política pública de CL é o desenvolvimento do mercado nacional com a geração de emprego e renda não faria sentido a exclusão de um segmento altamente qualificado e essencial para operação.   Cabe mencionar ainda que os dispêndios relativos à operação de unidades de produção faziam parte da base de cálculo de conteúdo local até a 13ª rodada e sua exclusão na cláusula em questão não está respaldada por qualquer nova diretriz do CNPE publicada até o momento. |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.10. | Caso o Conteúdo Local aferido seja diferente do Conteúdo Local com o qual o Contratado se comprometeu, seja na Fase de Exploração, seja em um Módulo da Etapa de Desenvolvimento, a diferença a maior ou menor, em moeda corrente nacional, poderá ser transferido para o(s) Módulo(s) da Etapa de Desenvolvimento a ser(em) implantado(s) subsequentemente. | "Visando à definição de uma modelagem de PCL alinhada com a flexibilidade requerida pela dinâmica do mercado de E&P, o estímulo à competitividade entre os setores da indústria de E&P e o alinhamento com disposições já existentes para os módulos da Etapa de Desenvolvimento, propõe-se a transferência de diferenças a mais ou a menos entre os valores de CL comprometidos e aqueles alcançados pelo Contratado." (Trecho extraído do documento Exposição de motivos, disponibilizado pelo Comite Diretivo do Pedefor durante a Consulta Pública 01/2016.) |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.10.1 | O Operador deverá indicar o Macrogrupo para o qual a diferença a maior ou menor da Fase de Exploração será direcionada | "Visando à definição de uma modelagem de PCL alinhada com a flexibilidade requerida pela dinâmica do mercado de E&P, o estímulo à competitividade entre os setores da indústria de E&P e o alinhamento com disposições já existentes para os módulos da Etapa de Desenvolvimento, propõe-se a transferência de diferenças a mais ou a menos entre os valores de CL comprometidos e aqueles alcançados pelo Contratado." (Trecho extraído do documento Exposição de motivos, disponibilizado pelo Comite Diretivo do Pedefor durante a Consulta Pública 01/2016.) |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.10.2. | Eventuais diferenças a maior ou menor verificadas nos Módulos da Etapa de Desenvolvimento poderão ser transferidas para os Macrogrupos indicados pelo Contratado. | "Visando à definição de uma modelagem de PCL alinhada com a flexibilidade requerida pela dinâmica do mercado de E&P, o estímulo à competitividade entre os setores da indústria de E&P e o alinhamento com disposições já existentes para os módulos da Etapa de Desenvolvimento, propõe-se a transferência de diferenças a mais ou a menos entre os valores de CL comprometidos e aqueles alcançados pelo Contratado." (Trecho extraído do documento Exposição de motivos, disponibilizado pelo Comite Diretivo do Pedefor durante a Consulta Pública 01/2016.) |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.11. | A solicitação de transferência de excedente deverá ser apresentada à ANP no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao recebimento, pelo Operador, do Relatório de Fiscalização de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento da Produção, ou de Módulos subsequentes no caso de Desenvolvimento modular. | Entende-se que o período de 15(quinze) dias é insuficiente para analisar e concluir o processo interno de validação e aprovação de eventuais diferenças a maior ou menor a serem transferidas. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Após o atual item 25.11 | O Contratado poderá solicitar à ANP o ajuste do percentual de Conteúdo Local da Fase de Exploração e do determinado Macrogrupo com o qual se comprometeu. | Em razão das oscilações de mercado entre o momento da assinatura do contrato e o momento do efetivo investimento nos projetos, torna-se indispensável que o presente contrato contemple a possibilidade de situações em que a Operadora não tenha meios de alcançar o percentual de conteúdo local previamente estabelecido. Dessa forma, a penalização das Operadoras pelo não cumprimento dos percentuais de CL exigidos sem que haja culpa das mesmas estará em desacordo com os princípios do Direito Administrativo Sancionador. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Após a inclusão do item acima | A solicitação de ajustes deverá ser apresentada à ANP no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao recebimento, pelo Operador, do Relatório de Fiscalização de Conteúdo Local da Etapa de Desenvolvimento da Produção, ou de Módulos subsequentes no caso de Desenvolvimento modular. | Em razão das oscilações de mercado entre o momento da assinatura do contrato e o momento do efetivo investimento nos projetos, torna-se indispensável que o presente contrato contemple a possibilidade de situações em que a Operadora não tenha meios de alcançar o percentual de conteúdo local previamente estabelecido. Dessa forma, a penalização das Operadoras pelo não cumprimento dos percentuais de CL exigidos sem que haja culpa das mesmas estará em desacordo com os princípios do Direito Administrativo Sancionador. |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.12. a) | O descumprimento do Conteúdo Local sujeitará o Contratado à aplicação de multa, a qual será calculada sobre o valor monetário descumprido, aplicando-se o seguinte percentual, conforme o caso:  a) Caso o percentual de Conteúdo Local Não Realizado (NR) seja inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) do Conteúdo Local Mínimo, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do Conteúdo Local Não Realizado. | O setor de petróleo é caracterizado por investimentos realizados em longo prazo, normalmente superior a dez anos após a assinatura do contrato, acarretando grande incerteza em relação às condições tecnológicas e de mercado quando da efetiva realização dos investimentos. Com a eliminação do mecanismo de isenção para o presente contrato, não há qualquer instrumento que evite a penalização indevida dos Contratados em casos de impossibilidade de cumprimento das obrigações sem culpa objetiva. Nesse contexto, a manutenção de patamares pesadamente elevados de aplicação de penalidades, ainda que inferiores aos praticados até o momento, expõe os projetos a risco financeiro que reduz sua atratividade e terá impacto negativo na composição das ofertas. |
| Minuta do contrato | Alteração | 25.12. b) | b) Caso o percentual de Conteúdo Local Não Realizado (NR) seja igual ou superior a 65% (sessenta e cinco por cento), a multa será crescente a partir de 10% (dez por cento), atingindo 24% (vinte e quatro por cento) do valor de Conteúdo Local Mínimo, no caso de 100% de Conteúdo Local Não Realizado (NR), de modo a obedecer à fórmula:  M (%) = 0,4 x NR (%) - 16%.  No qual NR (%) é o percentual de Conteúdo Local Não Realizado | O setor de petróleo é caracterizado por investimentos realizados em longo prazo, normalmente superior a dez anos após a assinatura do contrato, acarretando grande incerteza em relação às condições tecnológicas e de mercado quando da efetiva realização dos investimentos. Com a eliminação do mecanismo de isenção para o presente contrato, não há qualquer instrumento que evite a penalização indevida dos Contratados em casos de impossibilidade de cumprimento das obrigações sem culpa objetiva. Nesse contexto, a manutenção de patamares pesadamente elevados de aplicação de penalidades, ainda que inferiores aos praticados até o momento, expõe os projetos a risco financeiro que reduz sua atratividade e terá impacto negativo na composição das ofertas. |
| Minuta do contrato | Alteração | 27.3 | O seguro tomado por Afiliadas em nome do Contratado é admitido desde que previamente autorizado pela ANP. | Na última rodada de partilha de produção, apenas duas companhias eram brasileiras. A cláusula como redigida, não toma em consideração essa premissa, já que eventualmente as licitantes que contam com afiliadas estrangeiras podem querer se utilizar das apólices globais que possuem.  Nesse cenário, as emissoras das apólices globais podem não contar com autorização para funcionamento da SUSEP, sem, contudo, deixar de ser uma seguradora com credibilidade mundial.  Portanto, a sugestão é que o seguro das afiliadas não precise ser registrado na SUSEP, mantida a autorização prévia da ANP. |
| Minuta do contrato | Alteração | 29.2.2 | Os Contratados serão notificados com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da realização das auditorias, prorrogáveis por igual período a requerimento fundamentado da parte interessada. | A despeito do entendimento da ANP apresentado na última rodada – de que o prazo de 30 dias seria suficiente, o IBP considera que seja importante se ter uma opção de prorrogação do prazo, já que somente à luz dos dados do caso concreto, é que se poderá avaliar quanto à suficiência ou não do prazo de 30 dias. |
| Minuta do contrato | Alteração | 29.2.3 | A ANP terá amplo acesso aos documentos, livros, papéis, registros e outras peças, referidos no parágrafo 29.1, inclusive aos contratos e acordos firmados pelos Contratados e relacionados com a aquisição de bens e serviços para as Operações, relativos aos últimos 5 (cinco) anos-calendário encerrados. | Embora seja uma leitura possível (ainda que controversa) a de que a ANP teria a capacidade e a atribuição de acessar documentos, livros, papéis, registros e outras peças relativos aos últimos 10 (dez) anos, a regra fiscal e administrativa, conforme estabelecida pelo CTN, Lei 9.873/99, Lei 9.847/99, Decreto 2.953/99 e demais normativos aplicáveis, é a de que o prazo de 5 (cinco) anos deveria ser aplicável para fins de prescrição. Isto pressupõe, após esse prazo, o término do alcance de reguladores em relação aos documentos dos seus entes regulados. Assim, visando a buscar consistência entre a regulação emanada da ANP e as demais leis e normas aplicáveis, o IBP sugere que o acesso e alcance da Agência limitem-se aos últimos 5 (cinco) anos-calendário encerrados. |
| Minuta do contrato | Alteração | 29.2.5 | Os Contratados deverão manter à disposição da ANP os respectivos certificados de Conteúdo Local, além de contratos, documentos fiscais e demais registros comprobatórios, correspondentes ao bem ou serviço adquirido, pelo prazo de 10 (dez) anos após sua emissão. | Sugere-se a contagem do período de guarda de documentos a partir de sua emissão, conforme legislação e jurisprudência vigentes, inclusive de tribunais superiores, tanto para a esfera fiscal (5 anos) quando contratual (10 anos). A sugestão visa a trazer maior efetividade para as atividades dos Contratados ao invés de gerar maior custo operacional para a guarda de documentos por períodos incertos e excessivamente longos. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.6 | Os Contratados deverão notificar a ANP sobre a alteração de seu controle societário no prazo de 90 (noventa) dias, contados da averbação do ato societário no órgão de registro competente, sobre a alteração do seu controle societário, que implique na exclusão do Contratado do grupo econômico do qual pertencia originalmente nos termos da Legislação Aplicável. | P*or força da Resolução de Diretoria n.º 588/2015, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP resolveu:*    *“Aprovar a exclusão do tratamento de cessão de direitos à alteração de composição societária, direta ou indireta, que implique a transferência do controle majoritário do concessionário prevista na Cláusula 28.3, "d" dos Contratos de Concessão da Décima Primeira e Décima Segunda Rodadas de Licitações”.*  No caso de sociedades que sejam a matriz do grupo societário da Contratada, e cujas ações estejam cotadas em bolsa de valores onde tais ações possam ser adquiridas por terceiros, essa matriz poderá ficar sujeita a uma alteração de controle societário sem que possua qualquer mecanismo que lhe permita objetar ou controlar essa situação.  Pelo exposto, torna-se desnecessária a disposição contratual. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.7 | A Cessão no todo ou em parte da Área do Contrato será sempre de uma participação indivisa nos direitos e obrigações do Contratado. | Uma vez que a lei aplicável já prevê as hipóteses de sobrevivência de obrigações por parte do cedente, as quais representam exceções (e não a regra), propõe-se excluir o fragmento em questão, de modo a evitar dúvidas e entendimentos equivocados quanto às obrigações assumidas pelo cessionário, em substituição ao cedente no contrato. Exigir do cedente o adimplemento de obrigações em período posterior à sua participação como Contratado, ressalvadas as hipóteses exaustivamente descritas na lei aplicável, é pouco razoável, além de legalmente questionável. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.8.2 | A ANP poderá definir um Programa Exploratório Mínimo para cada uma das áreas resultantes da divisão. A soma dos Programas Exploratórios Mínimos resultantes deverá ser igual ou superior ao Programa Exploratório Mínimo original. | O IBP sugere a adequação desta cláusula considerando que não existe previsão legal para a determinação de um programa exploratório mínimo adicional para as áreas. Tal medida seria desproporcional e onerosa para as partes, uma vez que seria alterado um critério ofertado por ocasião da licitação da área – a mera divisão dos blocos não deveria ensejar a adição de mais compromissos exploratórios. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.10 | Qualquer Cessão que não cumpra o disposto nesta Cláusula ou na Legislação Aplicável será anulável e sujeita às penalidades previstas neste Contrato e na Legislação Aplicável. | Eventuais vícios no processo de cessão podem ser sanados, havendo, portanto, a possibilidade de convalidação do ato jurídico. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.12, alínea “a” | os Contratados estejam adimplentes com as obrigações do Contrato, salvo se tais obrigações estiverem sendo contestadas nas vias administrativa, judicial e/ou arbitral | Não condicionar o pedido de cessão nos casos em que o Contratado esteja exercendo seu direito de contestar em qualquer esfera. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 30.12, alínea “b” |  | A sugestão de exclusão foi apresentada na última rodada, tendo a ANP justificado que a proposta não poderia ser acatada, pois estaria violando preceitos de uma resolução que sequer está em vigor.  Em razão disso, o IBP reitera a justificativa anteriormente apresentada:  Entendemos que a adimplência das obrigações de cedente e do cessionário deve limitar-se ao contrato em questão, sob pena de ser desproporcional.  A redação sugerida pela Agência no sentido de que o cedente e cessionário não podem contar com débitos de Participações Governamentais (“PG”s) e de terceiros, no contrato cedido ou em qualquer outro contrato de E&P, tem um alcance muito amplo, podendo, inclusive, atingir questões que estão judicializadas ou pendentes de exame por esse regulador, entre outras hipóteses.  A respeito, é válido recordar que os Tribunais sempre rechaçaram com veemência os meios de cobrança indireto que a Administração Pública cria para a cobrança de seus créditos, definindo, como se identifica na jurisprudência, sanções políticas, como a ANP busca implementar na redação desse dispositivo. Entendemos relevante recordar, mutatis mutandis, o teor da súmula 547 do STF (“Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais.) É dizer, a forma como busca tratar a ANP atinge direta e concretamente as atividades econômicas de nossas associadas.  Os Tribunais têm repelido essas normas justamente porque a Administração Pública conta com diversos poderes especiais que não são conferidos ao particular (especialmente para o caso em tela, a possibilidade de criação de título executivo extrajudicial e meios especiais de execução, haja vista o particular rito da Lei 6.830/80).  Portanto, a forma como se encontra descrito este dispositivo encontra sérias dificuldades de confirmação judicial, o que exige a sua adequação ou sua exclusão.  Acreditamos que uma forma de legitimar a intenção da ANP seria deixar claro que a norma só se aplica aos eventos que não tenham depósito do montante devido, liminar judicial ou arbitral, pendência de exame de defesa ou recurso administrativo a respeito da cobrança, ou mesmo, mediante pedido de parcelamento da dívida.  Em adição aos argumentos de ordem jurídica antes relatado, acreditamos que a supressão do dispositivo ou o seu contorno para uma redação alternativa em muito contribuirá para o desenvolvimento de negócios de E&P entre os diversos investidores do setor, contribuindo significativamente com o desenvolvimento do mercado nacional e até possibilitando o pagamento de eventuais débitos de PGs e de terceiros de forma mais abreviada em razão de uma regulação mais permissiva ao desenvolvimento desses negócios. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.14 | O termo aditivo ao Contrato de Partilha de Produção adquirirá vigência e eficácia a partir da data de sua assinatura, podendo o cedente e o cessionário definir outra data, desde que após a data de aprovação pela ANP através de Resolução de Diretoria Colegiada. | A sugestão de alteração proposta visa dar às partes a oportunidade de definir a data de eficácia, desde que após a respectiva Resolução de Diretoria da ANP.  Segundo o parágrafo único do artigo 29 da lei 9.478 a cessão e transferência ocorrem mediante a prévia e expressa autorização da ANP a qual se dá através da Resolução da Diretoria Colegiada  Nesse sentido o Termo de Cessão incluído no Manual da ANP publicado na página web da agência e que acompanha o requerimento do cedente estabelece que os efeitos da cessão terão eficácia e entrará em vigor após a aprovação pela ANP através da Resolução da Diretoria Colegiada.  A assinatura de Termo Aditivo é formalidade cujo objeto é consolidar o contrato refletindo a nova composição do Contratado, mas, a cessão e transferência se materializam através do Termo de Cessão que passa a vigorar a partir da aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP, tal como disposto na lei, no contrato e no próprio Termo de Cessão. De forma consistente o modelo de Termo de Cessão incluído no Manual da ANP inclui disposição específica estabelecendo que a cessão terá efeitos a partir da data de aprovação pela Diretoria Colegiada da ANP. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.15 | No prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a efetivação da Cessão de direitos e obrigações, o Contratado deverá entregar à ANP cópias do Contrato de Consórcio ou de sua alteração do Contrato de Consórcio devidamente assinados, bem como o protocolo de entrada da certidão de arquivamento destes últimos no registro de comércio competente. | Tendo em vista que o prazo para publicação da certidão de arquivamento das cópias do Contrato de Consórcio ou acordo de alteração do Contrato de Consórcio no registro de comércio competente não é evento controlável pelo Contratado, não sendo possível a garantia de sua ocorrência no prazo de 45 dias exigidos pela cláusula, sugere-se que a obrigação se resuma à apresentação do protocolo de entrada da certidão de arquivamento. |
| Minuta do contrato | Alteração | 30.19 | Os novos Contratos de Partilha de Produção firmados pelas Partes adquirirão vigência e eficácia a partir da aprovação da Diretoria Colegiada da ANP, por meio de Resolução de Diretoria, nos termos da Legislação Aplicável. | Vide comentário na cláusula 30.14. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 32.1, alínea “f” |  | Necessidade de imediata exclusão do item pois o formato confere à ANP o direito de rescindir por um ato de vontade sua, ou seja, a simples reprovação do PD.  Além disso, o Marco Legal referente às penalidades na esfera administrativa prevê gradação na aplicação da pena, iniciando com advertência, multa e suspensão. Deste modo, entendemos que a extinção de pleno direito do contrato na hipótese em questão não seria razoável. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 32.1, alíneas “g” e “h” |  | Os eventos descritos nas Alíneas (f) a (g) são sujeitos a discussão e requerem provas. Desse modo, o contrato não poderia ser extinto de pleno direito nesses eventos. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 32.3.2 | Aos Consorciados que decidirem pela resilição deste Contrato em relação a todos os Campos ou qualquer destes, nos termos desta cláusula, serão garantidos os direitos decorrentes deste contrato, observado o seguinte:  (i) O Consorciado que decidir pela resilição terá́ o direito de receber as parcelas em Petróleo e Gás Natural a que fizer jus até a data de efetivação de sua retirada do Contrato;  (ii) O Consorciado que decidir pela resilição terá́ o direito de receber todas as informações as quais tem direito até a data de efetivação da resilição;  (iii) Nenhuma Parte será considerada como tendo renunciado, liberado ou modificado qualquer um de seus direitos, a menos que tal Parte tenha expressamente declarado, por escrito, que renuncia, libera ou modifica tal direito;  (iv) Desde que cumprido o procedimento previsto na cláusula 32.3.1, não serão aplicadas quaisquer penalidades aos Consorciados em decorrência do não cumprimento das obrigações previstas no Plano de Desenvolvimento. | A inclusão volta-se a garantir os direitos do consorciado que decidir pela resilição, após o cumprimento dos procedimentos obrigatórios.  A previsão aproxima o Contrato de Partilha de Produção das Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e Gás Natural. |
| Minuta do contrato | Alteração | 32.4, alínea “a” | descumprimento, pelos Contratados, das obrigações contratuais no prazo fixado pela ANP, em não se tratando de hipótese de extinção de pleno direito; | O IBP tem sugerido a alteração da palavra “consorciada” para “contratada”, a fim de limitar o alcance da cláusula em comento.  A redação adotada pela ANP traz incertezas para os contratados, já que eventuais problemas de cumprimento do contrato pela Gestora poderão, irrazoavelmente, afetar a vigência do contrato de partilha de produção, especialmente pelo fato de que os contratados não contribuíram para tal resultado.  Para eliminar incertezas jurídicas, o IBP entende que os únicos eventos que possam levar à rescisão do contrato são aqueles que podem ser imputados aos investidores. |
| Minuta do contrato | Alteração | 33.1 | A exoneração das obrigações assumidas neste Contrato somente ocorrerá nas hipóteses de caso fortuito, força maior e causas similares que justifiquem a inexecução, como o fato da administração, o fato do príncipe, e as interferências imprevistas e a onerosidade excessiva ao cumprimento das obrigações, sendo em tais casos resguardada a hipótese de revisão das condições do Contrato, na forma da cláusula 33.4.1. | O instituto da onerosidade excessiva, de acordo com a Teoria Geral dos Contratos, remete à ocorrência de um acontecimento imprevisível e inevitável, que cause um desequilíbrio capaz de tornar a execução do contrato demasiadamente gravosa para uma das partes, não se afigurando justo ou equânime que a parte prejudicada seja obrigada a cumprir o encargo sozinha. É nesse sentido que o Código Civil de 2002 prevê, em seus artigos 478 e seguintes, a possibilidade de revisão contratual e eventual rescisão nos casos em que se verifique onerosidade excessiva.  Na hipótese ora formulada, foi priorizada a possibilidade de revisão, nos termos da cláusula 33.4 da minuta, tendo em vista se tratar de um contrato de longa duração. Isto é, não apenas as alterações de conjuntura política, econômica, técnica – entre outras – podem facilmente afetar a execução do contrato, de forma a torná-la anormalmente onerosa e desequilibrada; como também a rescisão contratual pode não refletir o melhor interesse das partes. É necessário, portanto, prever a possibilidade de revisão de forma expressa, com vistas a se atribuir ao contrato uma válvula de escape. Assim, quando acionada, permitirá a evolução e a modificação das avenças previamente pactuadas em vista das novas circunstâncias – sem afastar, no todo, a obrigatoriedade da palavra empenhada. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 33.1.2 |  | A incidência dos eventos de força maior e caso fortuito já têm previsão legal no Código Civil, e independe do seu reconhecimento pela ANP. Caso as partes não consigam chegar a um acordo com relação ao evento, então deverá ser remetido ao mecanismo de solução de disputas do contrato. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 33.1.3 |  | Não seria razoável que o Contratado pague taxa de retenção de área, por exemplo, quando impossibilitado de explorar e/ou produzir na área por motivos alheios à sua vontade. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 33.3.3 | O prazo contratual poderá ser suspenso, no caso de procedimento de Individualização da Produção de Petróleo e Gás Natural, desde a instauração do procedimento até a formalização do Acordo de Individualização da Produção, nos termos da Legislação Aplicável e observado o disposto na Cláusula Décima Oitava. | Na última rodada, a inclusão foi apresentada pelo IBP, tendo a ANP a refutado sob o argumento de que o assunto está tratado em resolução da ANP.  Não identificamos na regulação, dispositivo que suspenda o prazo contratual enquanto se discute um AIP.  Em razão disso, o IBP reitera os comentários da última rodada.  A sugestão de inclusão de hipótese de suspensão do prazo contratual, que se faz de acordo com a regulação específica para realização de Acordos de Individualização da Produção, conforme previsto pela Resolução ANP nº 25/2013 (atualizada pela Resolução ANP 698/2017). De acordo com a resolução, o Desenvolvimento e a Produção da Jazida Compartilhada ficarão suspensos enquanto não aprovado o Acordo de Individualização da Produção. Dada a exigência, deve-se prever contratualmente que, enquanto não formalizado o Acordo, fica suspenso o prazo contratual. Do contrário, sua contabilização significaria um prejuízo injustificável aos Contratados. |
| Minuta do contrato | Alteração | 33.7 | Para que o indeferimento do licenciamento ambiental possa ser enquadrado como caso fortuito, força maior e causas similares, ensejando eventual indenização aos Consorciados, caberá a eles comprovar que não contribuíram para o indeferimento do processo de licenciamento ambiental. | O Estado não poderá se eximir da indenização aos Consorciados em razão da decisão de outro órgão público ou mesmo por ato da própria Agência, a exemplo do ocorrido no caso New Field x ANP, onde a impossibilidade de realizar atividade na área independe de vontade ou ação do Contratado. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 34.2, alínea h | Direcionados a terceiros que trabalharão diretamente com os dados e com os quais o consorciado mantenha vínculo contratual, inclusive para fins de realização de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), desde que não caracterize compra, venda ou cessão de dados. | Sugerimos a inclusão deste item para refletir a pratica atual. Para cumprimento de obrigações de pesquisa, desenvolvimento e inovação prevista nos Contratos de Concessão e Partilha, é comum a celebração de contratos com universidades e outras empresas para desenvolvimento de projetos. Como parte destes projetos é essencial o envio de dados e não seria razoável exigir a prévia aprovação da ANP, na medida em que traz burocracia desnecessária. |
| Minuta do contrato | Alteração | 34.2.1. | A divulgação de dados e informações de que trata as alíneas “d” a “h”, estará condicionada a prévio acordo de confidencialidade, que deverá: | Ajuste para refletir a sugestão acima. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.5 | Após o procedimento previsto no parágrafo 36.2, caso uma das Partes ou um dos signatários considere que inexistem condições para uma solução amigável de disputa ou controvérsia a que se refere tal parágrafo, poderá submeter tal questão a arbitragem a ser administrada pela e sob o Regulamento de Arbitragem da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional – CCI em vigor nesta data e em consonância com os seguintes preceitos: | A definição da instituição arbitral que administrará a disputa é recomendável para evitar insegurança ou indefinição, o que pode, inclusive, dificultar o início da arbitragem e gerar litígio sobre o assunto. Neste sentido, recomenda-se a definição de uma instituição ilibada e competente como, por exemplo, a CCI ou a LCIA. Como já demonstrado pelo IBP nas Rodadas passadas, não identificamos qualquer impedimento à definição no contrato de uma instituição de arbitragem. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.5, alínea “b” | A Parte que desejar iniciar a arbitragem deverá notificar a outra parte após o procedimento previsto no parágrafo 34.2 fixando o prazo de 15 dias corridos para a escolha da instituição arbitral por comum acordo. | Esta sugestão se aplica para hipótese de a ANP acatar a sugestão de definição de uma instituição de arbitragem, conforme sugestão acima. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.5, alínea “c” | Apenas serão adotados procedimentos expeditos ou de árbitro único em caso de acordo expresso entre as partes. | Como a proposta do IBP é que seja definida no Contrato a instituição de arbitragem, a parte inicial desta cláusula torna-se inaplicável. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.5, alínea “g” | No mérito, os árbitros decidirão com base nas leis substantivas brasileiras, levando em consideração as melhores práticas e os usos e costumes internacionais da indústria de petróleo. | A Lei do Petróleo - Lei 9.478/1997 – prevê a cláusula de arbitragem internacional como elemento essencial dos contratos de concessão. Como o critério de internacionalidade da arbitragem adotado pela Lei Brasileira de Arbitragem - Lei 9.307/1996 - é o da sede da arbitragem (são domésticas as arbitragens com sede no Brasil), é imperativo a utilização das melhores práticas e usos e costumes internacionais da indústria para conferir algum grau de internacionalidade ao procedimento, elemento fundamental aos investidores estrangeiros. |
| Minuta do contrato | Alteração | 36.5, alínea “n” | O procedimento arbitral deverá observar o princípio da publicidade na medida determinada pela legislação aplicável. A confidencialidade dos dados objeto deste contrato e da arbitragem deve ser mantida na máxima extensão permitida pela legislação aplicável. A divulgação das informações não-confidenciais ficará a cargo da Parte que tiver o dever de divulgá-las. | Essa disposição pode ser inexequível por impor à instituição administradora da arbitragem um ônus que provavelmente ela não poderá assumir, colocando em risco todas a eficácia da cláusula. Cada parte tem o dever de estar ciente de suas obrigações legais de publicidade e, portanto, deve ser responsável por cumpri-las. |
| Minuta do contrato | Exclusão | 36.6.1 |  | O IBP sugere a exclusão da cláusula uma vez que o conceito de “direitos patrimoniais disponíveis” é aberto e deve ser interpretado caso a caso. No entendimento do IBP não seria recomendável elenca-los no contrato. Cada parte terá oportunidade de defender sua posição perante o tribunal sobre disponibilidade ou não de algum direito (e consequentemente sobre a competência ou não do tribunal arbitral sobre a respectiva disputa). A lista de exemplos de direitos patrimoniais disponíveis pode gerar dúvidas sobre a competência do tribunal arbitral, que deve ser a mais ampla possível, nos termos da lei, para evitar insegurança jurídica. |
| Minuta do contrato | Inclusão | 37.5 | Quitação das obrigações ao término do Contrato de Partilha de Produção e após o cumprimento de todas as obrigações previstas neste Contrato, a ANP emitirá em favor de cada um dos Contratados, no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_) dias, a contar do recebimento da solicitação por escrito pelos Consorciados, o respectivo Termo de Quitação, ressalvando-se aquelas obrigações previstas nas Cláusulas 26, 34 e nos demais dispositivos legais aplicáveis. | A quitação acima pleiteada visa a conferir maior segurança ao investidor que, após ter realizado vultosos investimentos e cumprido todas as obrigações previstas no Contrato e demais Portarias da ANP aplicáveis, em especial na Portaria ANP nº 114, de 25 de julho de 2001, deseja receber da ANP Termo de Quitação pelo cumprimento das obrigações contratuais. A quitação é direito do devedor sempre que cumpre as suas obrigações. É instituto pacificamente protegido e garantido nos termos do Artigo 319 e seguintes do Código Civil Brasileiro. Ressalte-se que a quitação ora pretendida diz respeito tão somente às obrigações previstas no Contrato, excluindo, portanto, aquelas advindas de outros deveres legais do Contratado, em especial sua responsabilidade civil, administrativa e penal por danos ao Meio Ambiente, ou em desrespeito ao compromisso de Confidencialidade, previsto na Cláusula 34 do Contrato, com previsão expressa de sobrevivência ao término do referido contrato. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo VII 3.1 | Compõem o Custo em Óleo, os gastos realizados pelos Contratados na Área do Contrato, aprovados no Comitê Operacional e reconhecidos pela Gestora, relativos às atividades de:   1. Exploração e Avaliação; 2. Desenvolvimento; 3. Produção; 4. desativação das instalações, incluindo o valor depositado no fundo de provisionamento; e 5. Pesquisa e Desenvolvimento | Na rodada LP1, o contrato, cláusula 7.4.1 identificava os custos P,D&I como recuperáveis em Custo em Óleo.  Nessa rodada, por exemplo, as contratadas ofereceram para o Governo 41,65% do Lucro em Óleo para a União.  Nas últimas rodadas de CPP, as contratadas ofereceram percentuais mais agressivos do que no LP1.  O IBP entende que deve haver uma coerência por parte da ANP na interpretação do PDI como custo recuperável em Óleo, especialmente pelo fato de que as propostas que se tem visto, tem sido muito pesadas para as contratadas |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII –  3.2, “l” | pessoal diretamente relacionado às atividades elencadas no parágrafo 3.1, mesmo que em tempo parcial, observado que: | Considerando o esclarecimento prestado pela ANP no sentido de que “quando o empregado aponta hora para um determinado projeto, passa a estar diretamente relacionado a ele”, o IBP sugere que conste expressamente no Contrato que os custos incorridos com pessoas que não ficam dedicadas de forma integral às atividades objeto do Contrato, mas que dedicam parte das suas horas de trabalho a estas atividades devem ser reconhecidos como Custo em Óleo.  Para o reconhecimento de tais horas de trabalho, a indústria comumente adotada o timesheet, no qual as horas dedicadas ao projeto são computadas. Portanto, é importante o ajuste na redação para deixar claro que também serão considerados os gastos daquelas pessoas dedicadas em tempo parcial. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII –  3.2, “l”.l.2 | É também considerado custo direto do projeto, o trabalho dos empregados que venha a ser registrado no timesheet. | Vide comentários no item anterior. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII –  3.2, “l”. 1.1 | Tudo o que constitua total compensação pelos gastos com os empregados, mas não se limitando a: salários, inclusive de férias, horas extras, adicionais, inclusive de férias, comissões, gratificações, inclusive natalina, recolhimentos para o FGTS, seguros, inclusive médico, de vida e saúde, contribuição previdenciária obrigatória e complementar, tributos sobre a folha de pagamento e auxílios, inclusive de moradia e transporte, participação nos lucros e resultados, e outros direitos decorrentes de obrigações legais de acordo coletivo de trabalho; | Permitir que os operadores consigam recuperar adequadamente seus gastos com pessoal. Importante deixar à critério da Gestora a identificar os gastos que serão considerados como Custo em Óleo. Um ról exaustivo tendo a se tornar inadequado ao longo dos anos |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII  3.2, ”l”.1.2 | custos de apoio ao pessoal relacionado às atividades elencadas no parágrafo 3.1, desde que tais custos sejam facilmente identificáveis. | Vide comentário anterior. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo VII  3.2.  alínea “l”, 2) |  | Sugere-se a exclusão na medida em que, na prática, toda a recuperação das despesas com pessoal fica condicionada à aprovação da memória de cálculo, o que gera muita insegurança para o Operador. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo VII  3.2.  “l”, 2. 1 |  | Sugere-se a exclusão na medida em que, na prática, toda a recuperação das despesas com pessoal fica condicionada à aprovação da memória de cálculo, o que gera muita insegurança para o Operador. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo VII 3.2, | Outros custos indiretos identificáveis que beneficiam a Operação. | Inclusão visa facilitar o reconhecimento de gastos indiretos, mas que não se caracterizam como *overhead*. A magnitude do custo indireto comparado ao valor total do projeto não é significante ao total dos gastos. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII 3.2.1 a) | a) Fase de Exploração:  a.1) 3% (três por cento), para gastos até R$ 50.000.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e  a.2) 2% (dois por cento), para gastos superiores a R$ 50.000.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). | As áreas objeto de licitação são offshore e estratégicas, exigindo a alocação de diversos recursos do Operador. Portanto, entendemos necessário elevar os valores para que estes estejam de acordo com o projeto em questão.  Desta forma, sugere-se que os valores sejam revistos, de modo a alinhá-los com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, com o objetivo de possibilitar a recuperação dos gastos do Operador. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII 3.2.1 b) | b) Fase de Produção:  b.1) 2,5% (um por cento) dos gastos na Etapa de Desenvolvimento  b.2) 2% após a Etapa de Desenvolvimento. | Idem justificava anterior, sendo que para a Fase de Produção se propõe a elevação dos percentuais. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo VII  3.4.2 | As embarcações a que se refere a alínea “c” incluem aquelas embarcações utilizadas para o alívio da plataforma e Escoamento da Produção até terminais ou áreas de transbordo. | O sistema de escoamento da produção, principalmente nos campos localizados no pré-sal, adota a etapa de transbordo em área marítima ou em terminais de embarque. Criar distinção entre os modelos de oleodutos e o que utiliza embarcações não faz sentido. Não é razoável criar condições não isonômicas por conta da eleição de um sistema de escoamento via embarcação e não via oleoduto, desde que aprovados no Plano de Desenvolvimento pela ANP. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo VII  3.5.1 | Caso o Escoamento da produção correspondente à parcela de Petróleo e Gás Natural que lhe cabe como parte do Contrato ocorra através de embarcações, poderão integrar o Custo em Óleo os gastos até a transferência de posse e/ou titularidade (comercialização) do fluído, bem como a operação de transbordo do hidrocarboneto do navio que aliviou a plataforma de produção para o navio que fará a comercialização ou Transporte de Petróleo e Gás Natural. | Assim como os gasodutos utilizados para escoamento do gás, as despesas necessárias para escoamento de petróleo nas áreas localizadas na bacia de Santos devem ser considerados para fins de recuperação do Custo em Óleo.  Considerando que as atividades de escoamento são objeto deste Contrato cujo custo deve ser incluído na conta de Custo em Óleo, entende-se que as despesas associadas às embarcações que retiram óleo da plataforma de produção e carregam-no até um ponto de transbordo em águas marítimas brasileiras, bem como o custo da operação de transbordo em si,devem ser incluídas como Custo em Óleo. Note que a sugestão inclui as despesas relacionadas unicamente ao escoamento, ou seja, enquanto a propriedade do fluido produzido pertencer ao Contratado. Estão excluídos os custos de transporte até o comprador da carga. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 3.7 | São recuperáveis como Custo em Óleo os gastos com aluguéis, afretamentos e arrendamentos, exclusivamente durante o período em que o bem ou o direito estiver a serviço ou à disposição para as Operações, incluindo custos e despesas de mobilização e desmobilização. | É importando para as associadas do IBP que todos os custos relativos aos aluguéis, afretamentos e arrendamentos, sejam recuperáveis, aí incluídos os custos de mobilização, desmobilização e tempo que os equipamentos estiverem disponíveis para o projeto.  O IBP entende que esses custos são necessários e indissociáveis dos afretamentos, aluguéis e arrendamentos de unidades que não estejam localizadas já nos limites dos blocos. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 3.8 | Os gastos praticados pelo Contratado nas transações com pessoas jurídicas afiliadas, que tenham cumprido os procedimentos de aprovação e comprovação previstos nas cláusulas 3.34 e 3.35 do Anexo XI - Regras do Consórcio, serão reconhecidos como Custo em Óleo | O IBP apresentou sugestão de alteração na última rodada, tendo a ANP a recusado.  A sugestão visa esclarecer que quando uma afiliada é contratada mediante um processo competitivo (procedimentos ordinários), isto é, que teve a participação de outros fornecedores, não há que se falar em reavaliação do preço obtido nesse processo competitivo e já devidamente aprovado pelo Comitê Operacional.  Nas demais hipóteses de contratação também não há que se falar em regras de preço de transferência para reconhecimento do custo em óleo, uma vez que (i) no procedimento extraordinário é demonstrada a competitividade dos preços adotadas e conta com a aprovação do Comitê Operacional, e (ii) nos procedimentos especiais há uma lista de bens e serviços previamente aprovados pelas Partes (serviços tipicamente executados pelo Operador).  Portanto, a sugestão do IBP é que o contrato permita a dedutibilidade do valor do contrato com a afiliada em sua integralidade, quando forem observados os procedimentos de contratação previstos no Contrato. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo VII – 3.8.1 |  | Mesma razão do comentário acima. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo VII – 3.8.2 |  | Mesma razão do comentário acima. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 3.9, e | Encargos financeiros e amortizações de empréstimos e financiamentos dos Consorciados exceto quando decorrentes do reconhecimento contábil como direito de uso das operações previstas nas operações de Aluguel, afretamento e arrendamento mercantil de bens e equipamentos utilizados nas Operações. | O IBP entende que a vedação à recuperação de Custo em Óleo de encargos financeiros, amortizações de empréstimos e financiamentos refere-se às operações financeiras pertinentes exclusivamente aos consorciados. Mas deverão ser incluídos como Custo em Óleo eventuais encargos financeiros, amortizações de empréstimos e financiamentos pertinentes aos bens e serviços adquiridos pelo consórcio e que estejam diretamente relacionados com as atividades previstas no parágrafo 3.1 do Anexo VII. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo VII – 3.9, f |  | Ver comentário que o IBP sugere o retorno da dedutibilidade do P,D&I. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII, 3.9, j | reposição de bens, equipamento e insumos que forem perdidos, danificados ou inutilizados em virtude de dolo, imperícia, negligência, ou imprudência por parte do Operador, seus prepostos, contratados, afiliados ou associados | A sugestão de alteração foi levada à ANP na última rodada, tendo recebido a seguinte resposta:  "Perdas que decorram de atividades rotineiras são passíveis de recuperação como custo em óleo. As demais, inclusive serviços, devem ser seguradas.  Os prêmios dos seguros são passíveis de recuperação como custo em óleo."  Para o IBP ainda permanece descoberto a franquia do seguro caso exista, e os eventos que o contrato de seguro possa excluir.  Reiteramos a necessidade de alteração e justificativa anteriormente apresentada.  Caso Fortuito, Força maior. Fato de terceiros são situações típicas de exclusão de responsabilidade, logo a reposição desses bens deve ser reconhecida como Custo em Óleo.  No modelo atual de CPP (Anexo VII, Cláusula 3.14.10), há previsão de que não serão reconhecidos como Custo em Óleo os gastos com a reposição de bens, equipamento e insumos que forem perdidos, danificados ou inutilizados em virtude de caso fortuito, força maior ou fato terceiro, bem como nas modalidades de culpa - imperícia, negligência ou imprudência.  O IBP entende que a Cláusula 3.14.10 é demasiadamente restritiva e pode gerar excessiva onerosidade ao Contratado, propondo que estejam adstritos somente aos casos de não recuperação do Custo em Óleo para reposição de bens, equipamento e insumos que forem perdidos ou danificados em razão de culpa do Operador, permitindo a recuperação de gastos com a reposição de bens, equipamentos em virtude de causas alheias à vontade do Operador/Contratados, tais como Caso Fortuito, Força Maior e Fato de Terceiro.  Perdas que decorrerem de atividades normais e regulares do Operador de acordo com as Melhores Práticas da Indústria devem ser recuperáveis |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII, 3.9, “o” | Créditos tributários aproveitáveis pelos Contratados decorrentes da não cumulatividade que objetivam a recuperação da carga tributária incidente na etapa anterior, ressalvados os créditos que devam ser anulados ou estornados, bem como aqueles que comprovadamente não puderem ser aproveitados pelo Contratado, nos termos dos parágrafos 5.3.5 e 8.2 do Contrato. | Em função das diferenças de perfis de cada Contratado, um tributo pode ser recuperável para um, mas não para outro. Desta forma, se a conta de Custo em Óleo for única, haverá desbalanceamento entre os Contratados o que não condiz com o previsto na Lei 12.351/10. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo VII,  4.2 |  | A gestão do cumprimento de conteúdo local deve ser realizada através do instrumento pertinente, o Relatório de Conteúdo Local, que já será entregue a ANP conforme a Resolução 27/2016. A duplicação do mecanismo de gestão do cumprimento de conteúdo local é contrária a eficiência operacional tanto por parte da ANP quanto do operador. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 4.3.2 | Até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente à ocorrência dos gastos, o Operador deverá carregar o SGPP com os referidos saldos. | A prática na indústria é trabalhar com saldos. A análise dos lançamentos deve ocorrer na auditoria, assim como é feito no âmbito do consórcio. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo VII – 4.3.5 | O formato e detalhamento do SGPP será disponibilizado ao Operador antes do inicio dos gastos do Contratado. | Detalhamento prévio garante segurança jurídica aos contratados. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 4.5 | A Gestora poderá solicitar informações adicionais de gastos já reconhecidos como Custo em Óleo até o período de Auditoria. | Limitação temporal garante segurança jurídica aos contratados e alinha-se à melhor prática internacional. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 4.5.1 | O Operador disporá de 90 (noventa) dias contados da data do recebimento da solicitação para prestar os esclarecimentos devidos. | Permitir tempo hábil para prover os esclarecimentos necessários. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 4.7 | O Operador deverá manter a disposição da Gestora e da ANP, pelo prazo de 5 (cinco) anos após o carregamento no SGPP , todos os registros comprobatórios dos valores carregados ao sistema. | Alinhar com o prazo da legislação fiscal administrativa e civil vigentes no país, bem como com o disposto na própria cláusula 4.6 do anexo VII. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 6.1 | O Operador deverá manter à disposição da Gestora, pelo prazo de 5 (cinco) anos após o carregamento no SGPP, todos os documentos comprobatórios dos gastos incorridos. | Alinhar com o prazo da legislação fiscal administrativa e civil vigentes no país, bem como com o disposto na própria cláusula 4.6 do anexo VII. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 6.2 | A Auditoria do Custo e do Excedente em Óleo será realizada pela Gestora a qualquer tempo, diretamente ou por meio de consultoria especializada, fazendo-se necessária a notificação prévia ao Operador com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias. | Garantir tempo hábil para levantamento de documentação, mobilização de equipe, em linha com a prática da indústria |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo VII – 6.2.2 | A periodicidade mínima para a realização da Auditoria do Custo e do Excedente em Óleo é de 1 (um) ano. | Garantir tempo hábil para levantamento de documentação, mobilização de equipe, em linha com a prática da indústria. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo X  8.1 | O presente Contrato de Consórcio entrará em vigor na data de sua assinatura, assim permanecendo por 40 anos ou até que se encerrem todas as obrigações decorrentes do Contrato de Partilha de Produção ou de documentos específicos a serem firmados entre as partes. | Podem ser estabelecidas obrigações em documentos específicos celebrados entre os Consorciados e que prevejam obrigações que tenham vigência para além do CPP. Dessa forma, faz-se necessária a inclusão de previsão de que o Contrato de Consórcio terá vigência enquanto essas obrigações específicas, que vinculam os Consorciados, estejam vigentes. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI - Tabela de Competências e Deliberações – item 21 | Outros assuntos relacionados à Fase de Exploração que venham a ser deliberados até, inclusive, a aprovação de um Plano de Avaliação de Descoberta à ANP. | O IBP sugere a inclusão do termo “à ANP” para deixar expresso que o marco adequado para a aplicação do quórum previsto no item 21 é a aprovação de um Plano de Avaliação de Descoberta à ANP. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI - Tabela de Competências e Deliberações – (\*) | Decisões que, quando ocorrerem até a aprovação de um Plano de Avaliação de Descobertas pela ANP, submetem-se à deliberação D4 e, quando ocorrerem após a aprovação de um Plano de Avaliação de Descobertas pela ANP, submetem-se à deliberação D3. | Entende-se que a alteração do quórum deve ocorrer após a aprovação do Plano de Avaliação de Descobertas à ANP, e não após mera submissão ao Comitê Operacional para deliberação.  O racional adotado é que a participação da Gestora ocorra após a aprovação de um PAD pela ANP. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI - 1.22 | Nas deliberações D4, salvo na Declaração de Comercialidade da Jazida, o presidente do Comitê Operacional poderá exercer seu poder de veto a partir do momento em que um Plano de Avaliação de Descoberta for aprovado pela ANP. | Comentário em linha com o anterior. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo XI, 1.3.1 | No exercício de seu direito de voto e veto, a Gestora não poderá levar o Consórcio a adotar condutas antieconômicas que, por ação ou omissão, comprometam a economicidade e a rentabilidade das Operações para quaisquer dos Consorciados. | Tendo em vista o peso significativo nas votações que a Gestora possui no âmbito do consórcio, a Cláusula proposta visa a garantir que a Gestora observe em suas decisões alguns critérios de eficiência e economicidade. Dessa forma, sugere-se inclusão da cláusula 1.3.1 no Anexo XI, prevendo que no exercício de seu direito de voto e veto a Gestora não poderá levar o Consórcio a adotar condutas antieconômicas que, por ação ou omissão, comprometam significativamente a economicidade e a rentabilidade das Operações para quaisquer dos Consorciados.  A justificativa da ANP na última rodada está em linha com a proposição do IBP. Desse modo, a redação pode ser acolhida. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 1.25.4 d) | aprovada por, no mínimo, (i) o voto da Gestora somado à maioria simples dos Contratados, quando se tratar de obrigação com prazo fixado pela ANP em que o quórum de deliberação seja D1 ou D3, e (ii) maioria simples dos Contratados, quando se tratar de obrigação com prazo fixado pela ANP em que o quórum de deliberação seja D2 ou D4. | A previsão contida nesta cláusula tem como objetivo a redução do quórum para a aprovação de matérias que sejam relacionadas a obrigações regulatórias perante a ANP, não devendo implicar em uma alteração quanto às regras sobre o direito de voto da Gestora. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 1.29 | O voto intempestivo de qualquer Consorciado será considerado abstenção desde que impugnado por algum dos Consorciados. | Entende-se que todas as partes do contrato devem observar os prazos previstos no contrato para deliberações, inclusive a PPSA. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 2.2. p | realizar a gestão dos projetos de Exploração e Produção relacionados ao Contrato através de metodologia baseada em referências de mercado. | A gestão dos projetos de E&P é prática do Operador, o qual já foi devidamente qualificado tecnicamente, não cabendo ao contrato estabelecer a estrutura pela qual o Operador realizará a gestão de suas atividades. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo XI – 2.7 |  | Considerando que a cláusula dispõe sobre o regime de responsabilidade aplicável aos contratados, entende-se que tal previsão deve constar nos instrumentos contratuais celebrados entre estes. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI  3.25 | Procedimento A: É admitida a contratação direta de fornecedores de bens e serviços de valor até US$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares norte-americanos), vedado o parcelamento para a aquisição de um mesmo bem ou serviço. | Conforme esclarecimentos da ANP, o motivo para o limite de US$15.000,00 seria decorrente da previsão contida na Lei nº 13.303/2016.  Ocorre que no entendimento do IBP, a Lei 13.303/2016 dispõe sobre a exigência de licitação e dispensa nas contratações conduzidas por empresas públicas e sociedades de economia mista. Ocorre que as contratações objeto deste Contrato são conduzidas pelo Operador e não pela Contratante ou Gestora.  Note que mesmo nas hipóteses em que a Petrobras é Operadora, as disposições da Lei 13.303/2016 não são aplicáveis (art. 1º, § 7º do Decreto 9355/2018).  Portanto, o IBP reitera a sugestão de aumento dos valores considerados para fins do procedimento de contratação, uma vez que a sugestão encontra amparo tanto na prática internacional instrumentalizados nos padrões dos *Joint Operating Agreements*, assim como no art. 1º, § 7º do Decreto 9355/2018. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo XI –3.26.2.1 | Caso o Operador venha a constatar uma situação de mercado em que existam menos de 3 (três) fornecedores para contratação de um item ou serviço, o Operador poderá promover o procedimento de contratação tão somente com aqueles fornecedores qualificados. | A obrigação do operador promover procedimentos de contratação com a participação mínima de três fornecedores qualificados, já está contemplada na cláusula 3.26.2, não sendo necessário repetir tal previsão na cláusula 3.26.2.1.  Além disso, como já sugerido anteriormente, na ausência de três fornecedores, não deveria ser exigida a aprovação do Comitê Operacional sob pena de engessar/burocratizar o procedimento de contratação em meio a uma situação excepcional.  Para determinados produtos e serviços, o mercado fornecedor é muito restrito, dificultando o atingimento do número mínimo de 3 fornecedores. Dessa forma, entendemos ser necessário estabelecer uma previsão para regular tais casos excepcionais. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo XI  3.26.3 |  | O IBP sugere a exclusão desta cláusula e, alternativamente, propõe a inclusão de um procedimento específico no item 3.34 abaixo. |
|  |  |  |  |  |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 3.27.2 | O Operador disponibilizará aos demais Contratados uma lista preliminar dos participantes do procedimento de contratação, que deverá ser completada com indicações de até três fornecedores adicionais por qualquer dos Contratados mediante requerimento ao Operador em um prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da lista preliminar. | Objetiva limitar a quantidade de indicações apresentadas pelos consorciados para evitar a apresentação de número muito grande de fornecedores, o que dificultaria a escolha e deixaria o processo menos célere. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo XI  3.27.5 |  | O IBP sugere a exclusão desta cláusula e, alternativamente, propõe a inclusão de um procedimento específico no item 3.34 abaixo. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 3.28 | Os limites de valores para a determinação do procedimento ordinário de contratação a ser utilizado pelo Operador, que poderão ser revistos a cada 5 (cinco) anos pelo Comitê Operacional, são os seguintes:  **Procedimento A:**  Operações de Exploração e Avaliação: 0 até USD 0.5 MM  Operações de Desenvolvimento: 0 até USD 1 MM  Operações de Produção: 0 até USD 0.5 MM  **Procedimento B:**  Operações de Exploração e Avaliação: USD 0.5 MM – 5 MM  Operações de Desenvolvimento: USD 1 MM – 10 MM  Operações de Produção: USD 0.5 MM – 5 MM  **Procedimento C:**  Operações de Exploração e Avaliação: > USD 5 MM  Operações de Desenvolvimento: > USD 10 MM  Operações de Produção: > USD 5 MM | O IBP se reporta aos comentários incluídos na cláusula 3.25 acima sobre a inaplicabilidade da Lei 13.303/2016 às contratações objeto deste Contrato.  Além disso, cabe registrar que a sugestão de revisão dos valores adotados para fins de definição dos Procedimentos de Contratação, vem sendo endereçada pelo IBP desde a Consulta Pública referente às 2ª e 3ª Rodadas de Partilha de Produção, uma vez que os valores sugeridos não são condizentes com a realidade da indústria.  As áreas objeto de licitação são offshore e as contratações envolvem valores elevados. Como um exemplo, não conseguimos identificar contratações que pudessem estar dentro do limite de US$ 15 mil previsto para o procedimento A. Portanto, entendemos necessário elevar os valores para que estes estejam de acordo com os investimentos que serão realizados nas áreas objeto do certame.  As empresas possuem procedimentos internos próprios que asseguram que qualquer contratação de bens e serviços será realizada de forma a atender o melhor interesse das Partes.  Nesse sentido, entendemos que os procedimentos procuram dar somente uma maior possibilidade de participação para os não operadores, porém, de outra forma, acarreta em maior demora e burocratização do processo de contratação, o que pode levar a uma ineficiência. Tal ineficiência pode se dar tanto pela demora quanto pelo aumento dos custos.  Desta forma, sugere-se que os valores sejam revistos, de modo a alinhá-los com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, visando uma maior eficiência nas operações. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 3.30 | A definição do procedimento deverá considerar a taxa de câmbio de compra do primeiro dia útil do mês, que fixará o valor da tabela constante na cláusula 3.28 no referido mês. Como referência para definição do procedimento a ser adotado, será considerada a data de início do procedimento de contratação. | Entendemos que há dois marcos necessários para a definição do procedimento de contratação que será adotado: (i) data de conversão da tabela e (ii) o momento em que o operador define qual procedimento será adotado. Isso porque a mera conversão da tabela concretiza o valor em reais, ao passo que o início do procedimento de contratação determina o procedimento. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 3.31.1 | Os procedimentos extraordinários de contratação só poderão ser adotados quando demonstrada a (i) impossibilidade de adoção do procedimento ordinário, ou (ii) a existência de benefícios comerciais ou operacionais. Em qualquer cenário, deverá ser demonstrada a competitividade dos preços praticados. | A adoção de contratos de fornecimentos de bens e serviços para atender as diversas áreas geridas pelo operador, traz inegáveis benefícios comerciais e operacionais, sendo uma prática adotada na Indústria do Petróleo.  A restrição quanto a adoção de tais contratos é prejudicial, inclusive, para as receitas da União.  Se as contratações são em valores mais elevados, maior será o Custo em Óleo, portanto, menor o volume de excedente em Óleo cabível à União. |
| Minuta do contrato | Exclusão | Anexo XI, 3.33.1 |  | Uma vez que a Gestora não é parte das empresas estrangeiras, e a aprovação da contratação será aprovada pelo Comitê Operacional do qual a Gestora é parte, entendemos que não há razão para que a Gestora participe na definição da estratégia relacionada a aquisição de bens e serviços elegíveis ao REPETRO. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo XI, 3.34 | Qualquer consorciado poderá, mediante solicitação, ter acesso à cópia dos contratos firmados pelo Operador através do procedimentos C. Na hipótese de contratação através do procedimento extraordinário, o Operador poderá apresentar apenas a parte dos contratos relativas às operações objeto deste Contrato, omitindo as informações relativas aos outros projetos. | Embora a ANP mencione que tenha aceito o comentário do IBP, item relevante que não foi considerado é a possibilidade de o operador retirar as informações sobre outros projetos quando adotado o procedimento extraordinário, pois é importante assegurar a confidencialidade das informações. |
| Minuta do contrato | Alteração | Anexo XI, 3.34.1 | Os valores poderão ser revistos pelo Comitê Operacional com periodicidade mínima de 2 (dois) anos. | Sugerimos que o prazo seja menor para evitar que os valores previstos na tabela estejam em descompasso com o mercado. |
| Minuta do contrato | Inclusão | Anexo XI – 4.2, e | Declaração de Comercialidade | O comentário da ANP na última rodada não enfrenta a questão trazida pelo IBP, uma vez que o anexo XI não trata do assunto.  Assim, caso não obtida a unanimidade necessária para a Declaração de Comercialidade é importante assegurar a possibilidade de que esta seja feita como operação exclusiva, já que quem seguiu com as operações não poderá obrigar a outra parte a concordar com a Declaração de Comercialidade. |